

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação Campus De Ourinhos.

Gustavo Cotrim Lourenço

**CRISE ECONÔMICA ENFRENTADA PELA CAIO INDUSCAR
(BOTUCATU/SP) COM A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Ourinhos/SP

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação Campus De Ourinhos.

Gustavo Cotrim Lourenço

**CRISE ECONÔMICA ENFRENTADA PELA CAIO INDUSCAR
(BOTUCATU/SP) COM A DESINDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à banca examinadora para obtenção do título
de Bacharel em Geografia pela (Faculdade de
Ciências, Tecnologia e Educação -FCTE)
UNESP-Campus Ourinhos

Orientador: Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

Ourinhos/SP

2022

L892c

Loureço, Gustavo Cotrim

Crise econômica enfrentada pela Caio Induscar (Botucatu SP) com a desindustrialização brasileira / Gustavo Cotrim Loureço. -- Ourinhos, 2022

72 p. : il., tabs., mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Ourinhos

Orientador: Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho

1. Geografia Econômica. 2. Geografia Industrial. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências, Tecnologia e Educação, Ourinhos. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Banca Examinadora

Prof.Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho (Orientador)

Prof.Dr. Paulo Fernando Cirino Mourão

Prof.a Dr.a Marcia Cristina de Oliveira Mello

Ourinhos, 30 de novembro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me proporcionado essa oportunidade e todo conhecimento para conseguir desenvolver esse trabalho.

Agradeço à minha avó Nilza Cotrim e meus familiares por todo o apoio e auxílio durante esse percurso.

Agradeço também ao meu orientador Prof. Dr. Clerisnaldo Rodrigues de Carvalho por toda ajuda, conhecimento e paciência durante a elaboração do trabalho.

Agradecer aos professores titulares da banca, professores doutores, Paulo Fernando Cirino Mourão, Marcia Cristina de Oliveira Mello e a suplente Professora Doutora Fabiana Lopes da Cunha.

Aproveito essa oportunidade para agradecer aos meus amigos Pedro Henrique Flausino e Mariana Pavan por toda a ajuda fornecida durante essa trajetória.

Resumo

A indústria cada vez mais encontra-se engajada na sociedade contemporânea, porém nas últimas décadas vem perdendo espaço na composição do PIB brasileiro, devido às políticas adotadas nos anos 1980 em diante. No entanto, a indústria é um setor indispensável para países em processo de desenvolvimento e subdesenvolvidos alcancem patamares consideráveis de desenvolvimento. Sendo assim, o investimento em tecnologia e especialização da mão de obra é um fator fundamental que pode impulsionar avanços importantes para as empresas, tanto nos lucros quanto na sustentabilidade. Saber como utilizar a tecnologia é muito importante e, por isso, as grandes empresas buscam profissionais capacitados. Ao mesmo tempo, é interessante que sejam desenvolvidos projetos sociais por essas empresas, através do lucro obtido. Dessa forma, a parceria entre indústria e comunidade deve ser construída através de um equilíbrio dinâmico: os investimentos das empresas geram lucro e retornam de alguma forma a sociedade. Este trabalho propõe um estudo para investigar como, de fato, esses projetos podem impactar na vida das famílias do “colaborador” de uma empresa que se encontra localizada no município de Botucatu/SP.

Palavras-chave: indústria; desindustrialização; tecnologia; projetos sociais; empregos; cursos técnicos.

Abstract

Industry is increasingly engaged in contemporary society, but in recent decades it has been losing ground in the composition of the Brazilian GDP, due to policies adopted in the 1980s onwards. and underdeveloped countries reach considerable levels of development. Therefore, investment in technology and workforce expertise is a key factor that can drive important advances for companies, both in profits and sustainability. Knowing how to use technology is very important and, therefore, large companies seek trained professionals. At the same time, it is interesting that social projects are developed by these companies, through the profit obtained. In this way, the partnership between industry and community must be built through a dynamic balance: companies' investments generate profit and return in some way to society. This work proposes a study to investigate how, in fact, these projects can impact the lives of the families of the "employee" of a company located in the city of Botucatu/SP.

Keywords: industry; deindustrialization; technology; social projects; jobs; technical courses.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa do Estado De São Paulo Localização de Botucatu.....	20
Figura 2 - Imagem da entrada da Caio Induscar na cidade de Botucatu.....	23
Figura 3 - Linha de Montagem da Volkswagen nos anos 50.....	50
Figura 4 - SENAI da cidade de Botucatu.....	55

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Produção siderúrgica brasileira (1918-1940).....	29
Gráfico 2 - Indústria de transformação (% no PIB a preços básicos)/Brasil.....	42
Gráfico 3 - PIB da indústria manufatureira em grau de industrialização entre 1947 -2018.....	64
Gráfico 4 - Contribuição da Indústria de transformação do PIB de 1947 a 2018.....	65
Gráfico 5 - Crescimento real acumulado entre 1980 e 2017 do valor adicionado manufatureiro per capita.....	68
Gráfico 6 - Participação da indústria de transformação no PIB.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de normas técnicas
Aepet	Associação dos Engenheiros da Petrobras
CAIO	Companhia Americana de Ônibus
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNM	Fábrica Nacional de Motores
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Sumário

1. Introdução	12
1.1 A Metodologia do Trabalho	14
1.2 Breve história da cidade de Botucatu e a Indústria Local	15
1.3 CAIO Induscar – (Nosso Objeto de Estudo)	20
1.3.1 Transporte Coletivo	22
1.3.2 Mobilidade Urbana	23
2. A Industrialização no Brasil	24
2.1 Indústria no Estado de São Paulo	41
2.2 Escolha Locacional da Indústria (caso da Caio Induscar)	50
2.3 Impacto dos serviços educacionais e técnicos na indústria de Botucatu	51
2.4 Ainda sobre a desindustrialização brasileira	57
3- Considerações finais – (Brasil: carência de políticas industriais e duradouras)	63
4- Referência	70

1. Introdução

Com o início da primeira Revolução Industrial, no século XVIII, a indústria tornou-se parte da sociedade, assim como o modelo capitalista industrial. Nosso modelo de vida possui grande dependência com o que é produzido e está em circulação (HARVEY, 2005, p.129-141). Hoje em dia, por exemplo, a tecnologia industrial está presente na vida da grande maioria das pessoas, com celulares, TV ou internet. E a indústria moderna também vem adotando a aplicação da tecnologia a seu favor (CASTELLS, 2005, p. 43).

Para um país alcançar riqueza é necessário desenvolver a indústria de ponta e a tecnologia, os recursos naturais são importantes para indústria primária, porém não são responsáveis pelo maior ganho. Países desenvolvidos são industrializados e obtêm riqueza através da indústria de transformação de matérias primas transformadas em bens de consumo com mais tecnologia de maior valor agregado.

No mundo capitalista, a circulação de capital é um procedimento contínuo. Ou seja, para algo estar sendo vendido, deve haver compradores interessados. Para isso, é necessário que a sociedade possua poder de compra e, para isso, a indústria, e atividades correlatas (a montante e jusante) devem fornecer empregabilidade à sociedade. Para o sistema capitalista ser estável (ainda que se saiba da instabilidade premente desse sistema) deve haver investimentos em infraestrutura social que sustente o capitalismo. Essas ações podem ser via sistemas financeiros, educacionais e administrativos.

Porém, até mesmo grandes empresas passam por crises, devido à instabilidade do sistema macroeconômico ou por eventuais 'falhas' nas organizações administrativas. Nesses momentos de crises surgem oportunidades para uma empresa adotar mudanças revolucionárias e sair vencedora. Uma grande medida é o investimento em tecnologia e especialização técnica de seus funcionários com intuito de aumentar os ganhos do capital através do aumento da produtividade do trabalho.

Como já foi dito anteriormente, a circulação de capital é essencial no modelo capitalista. No entanto, existe um tempo para que ocorra esse giro de capital. Em outras palavras, quanto mais rápido uma empresa consegue produzir e vender um estoque, mais rápido ela obtém seus lucros. Já os que não conseguem fazer esse ciclo com tanta rapidez estão em desvantagem, de tal forma que estão sujeitos à

desvalorização de sua mercadoria e a própria empresa terá dificuldades reais no circuito da competição empresarial. Sendo assim, as empresas que não conseguem alavancar esse grau de competitividade sozinhas, necessitam de investimentos vindos do Estado, ou seja, aliança entre a iniciativa privada e pública para que consigam competir em nível mundial de igual para igual com as corporações que já possuem um certo patamar de desenvolvimento e lucro e já são conceituadas no mercado mundial

Mas, nem todo tipo de investimento ocorre de forma rápida. Existem alguns que são vistos no longo prazo, como instalação de maquinário, bens duráveis de consumo e também investimentos tecnológicos. Este último, apesar de ser visto como um investimento de longo prazo, também deve ser visto como um fator que, mais a frente, irá proporcionar uma rotação de agregados econômicos mais rápido.

O investimento em ciência e tecnologia, por exemplo, gera o que é chamado de equilíbrio dinâmico (HARVEY, 2005, p. 137), onde há aplicação dos lucros das empresas em projetos físico-sociais. Com esses investimentos, há uma maior capacitação da mão de obra resultando em efeitos mais robustos e sólidos no futuro para a microeconomia empresarial.

Como todo investimento, este em tecnologia, está sujeito a certos problemas. Um deles é que demanda tempo para ser implementado e dar bons resultados e nesse meio tempo o mercado pode ser mais incisivo. Soluções para esse tipo de problema nem sempre são simples, mas podem ser adotadas algumas medidas como será apresentada ao longo deste trabalho.

O objetivo dessa pesquisa é mostrar a importância da indústria no país e para cidade de Botucatu e sua região, a importância da mão de obra qualificada, mostrando através de cursos realizados em três instituições no município de Botucatu, (Senai, Etec e Fatec), também apontar a problemática que esse setor vem enfrentando passando, o qual resultou em perdas, estagnações desde meados dos anos 1980 até o presente momento e, também, comprovar o impacto positivo de projetos de especialização da mão de obra na indústria. Será apresentada uma situação problema com o trabalho sobre logística e transporte de materiais (RONCARI, 2012) e relacionado com o objeto de pesquisa, que é o estudo da dinâmica econômica entre sociedade-indústria.

A justificativa para a proposição deste trabalho é verificar os impactos sociais que as indústrias podem trazer à sociedade de Botucatu no interior de São Paulo e sua

região (entorno regional). Em particular, quais são os retornos que a Caio Induscar, foco principal da pesquisa, pode fornecer aos seus “colaboradores” e demais cidadãos da cidade de Botucatu.

Por fim, foi escolhida a cidade de Botucatu por ser uma cidade com boa diversificação industrial e acesso a duas importantes rodovias no estado de São Paulo, além de possuir várias instituições de ensino voltadas para a atividade da indústria. Fato esse que pode impactar diretamente nas empresas locais e, mesmo, na sociedade de Botucatu em termos de geração de emprego e renda, bem como os impactos positivos no que tange ao quesito tributos para os cofres municipais.

1.1 A Metodologia do Trabalho

Essa seção está dividida em três subseções e serão discutidas abaixo. A primeira dialoga brevemente sobre a cidade de Botucatu, bem como, sobre a Companhia Caio Induscar - uma empresa que se encontra nessa cidade-, e com projetos sociais estruturados e em vigência. A segunda seção irá expor uma situação problema que o Brasil vem enfrentando desde meados da década de 1980-90, que é o grande processo de desindustrialização e expor a importância de empresas como a Caio Induscar, no sentido da geração de empregos e agregações de tecnologias para a locomoção, mobilidade urbana, através da fabricação de seus ônibus que são auxiliares da mobilidade urbana no dia a dia tanto nos grandes e também nos médios centros urbanos. A terceira parte consiste em apresentar alguns serviços educacionais locais que impactam diretamente no mercado de trabalho, em especial, o iniciar de toda a carreira laboral dos jovens nas atribuições de atividades da indústria e sua importância para comunidade de Botucatu e sua região.

Por fim, é feita uma sondagem de pesquisa sobre “como o investimento das empresas em tecnologia e especialização podem contribuir com a sociedade”. Os dados e os resultados dessa pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas elaboradas através de um questionário de forma anônima com seis perguntas, com nove ex-funcionários da CAIO Induscar, com o serviço de Relação com o Público ou Seção Administrativa de algumas empresas

Obtidas as informações, estas serão analisadas e os resultados quantitativos da pesquisa observados, assim como, já com o radar e pelo olhar da geografia

econômica e industrial desnudar através dos dados da pesquisa, buscar compreender quão o setor industrial, de forma qualitativa, contribui positivamente para o arranjo do tecido urbano e social em termos de composição da renda do trabalho para esse município em tela.

1.2 Breve história da cidade de Botucatu e a Indústria Local

A colonização de Botucatu teve início a partir de 1721. No ano de 1766 foi inaugurada a Capela e Nossa Senhora das Dores, onde certamente se localiza a cidade. A partir de 1830 houve um crescimento significativo de criadores de gado leiteiro e lavradores, migrantes das cidades de Tietê, Sorocaba e Itapetininga que, num primeiro momento, essas atividades agropecuárias apresentaram impulso ao processo de colonização, e no ano de 1866, Botucatu é elevada a Comarca e em 1876 pela lei n. 18, de 20 de março, é designada à classe de município (L.B dos Reis Garcia, 1993).

Logo, em seguida, a cidade foi destino de diversos imigrantes, italianos, japoneses que vieram para trabalhar nas lavouras cafeicultoras da recém instituída economia cafeeira do século XIX, e Botucatu por se localizar na porção Centro Oeste do Estado de São Paulo, acabou possibilitando sua transformação em centro regional. De acordo com a visão de L. B. dos R. Garcia:

O progresso torna-se visível em todos os setores. Novas fazendas são abertas. Criam-se condições para que a terra se transforme numa mercadoria e sua abundância se torne relativa para os grandes capitais gerados nas antigas zonas cafeeiras. Esses são paulatinamente deslocados para essas novas zonas de expansão, onde o café já começa a ser cultivado. Ao mesmo tempo, é gerada a necessidade de implantação do sistema de trabalho livre, o que vem impulsionar o comércio, que cresce e se fortalece por meio da formação de uma economia monetária, não mais baseada exclusivamente na subsistência. A cidade de Botucatu passa a polarizar as atividades urbanas da região, tomando-se um centro de abastecimento de bens de consumo. Surgem os primeiros bancos, depósitos, armazéns e casas comissárias, e o café começa a despontar como o produto da região, empolgando a atenção dos agricultores. Em 1870, a população botucatuense já é expressiva. A constante chegada de novos moradores leva ao aumento da cidade. Muitos vêm dos sertões de Minas Gerais, outros do Rio e de São Paulo. Com esses fluxos migratórios, a população aumenta ainda mais. Muito contribui para isso o incentivo nacional à imigração, fazendo com que grande contingente de italianos, portugueses e sírios procurem Botucatu para se fixar. O aumento

populacional se reflete no comércio, que deixa de ser pequeno, tornando-se ativo e movimentado. As casas comerciais transformam-se num ponto de abastecimento para a cidade e para o sertão. Vendem de tudo, desde alfinetes até sacarias, perfumarias, armas e munições, bebidas, armarinhos, fazendas, calçados, ferragens e gêneros de toda espécie, ativando as transações bancárias e as casas comissárias. É também nesse período (década de 1870), que o complexo cafeeiro atinge definitivamente a região de Botucatu. É a partir de então que se consubstancia a expansão da área em questão, dentro do momento de ocupação de terras no Estado de São Paulo, incentivado pela expansão da lavoura cafeeira (GARCIA, 1993, p. 153-154).

Os imigrantes italianos são considerados por Donato (1985) como os precursores da industrialização em Botucatu, devido ao fato de nomes como, Virgínio Lunardi, Aleixo Varoli, Atílio Losi, Pedro Delmanto, Pedro Stefanini Antônio, entre outros, que são personagens de realçamento no que diz respeito a gênese e consolidação da industrialização botucatuense.

Desta forma, ao fazer um estudo sobre a cronologia histórica botucatuense Donato (1985) faz apontamentos importantes sobre as gêneses que estão ligadas ao início dos empreendimentos industriais no município de Botucatu SP.

O precedente industrial em Botucatu inicia-se nos anos vinte do Século XIX com Francisco Egídio do Amaral (conhecido como o Barão do Amaral), fabricante de chapéus. Já na fábrica Boa Vista voltavam suas atividades para as confecções de sedas e fabricação de fósforo (da firma Mori & Losi). Os imigrantes que conquistavam sucesso na lavoura e no comércio, uns dedicavam se a indústria, caso do clã da família Blasi, já em 1884, quando Serafim Blasi fundou uma oficina voltada para a fundição do ferro, ocasionada pelo eclosão do café, partindo da ideia de que esse produto seria o grande responsável pelo fortalecimento do PIB brasileiro, por meio de sua exportação. Deste modo, Serafim direcionou suas atividades para fabricação de máquinas de processamento de café e de outros equipamentos. Ao longo de 90 anos, as máquinas Blasi foram comercializadas a diversos produtores agrícolas do estado e de outros estados, e também, exportadas para produtores da Venezuela, Colômbia, Argentina e alguns países do continente africano (Donato, 1985).

O que também comprova, os inícios das atividades direcionadas a industrialização na cidade de Botucatu, é o fato da queda e o colapso da economia cafeeira, como aponta em suas palavras L. B dos Reis Garcia (1993):

A crise da cafeicultura do início do século XX atinge os grandes proprietários da região de Botucatu. Muitos, dispendo de tecnologia para o beneficiamento

do café, recorrem como meio de subsistência, nessa fase crítica da cafeicultura, à sublocação de suas máquinas, mediante o pagamento de taxas estipuladas, aos proprietários que ainda não dispõem de recursos para processar o beneficiamento de sua produção.

Na região de Botucatu, a situação de crise da cafeicultura leva também ao deslocamento de população para outras áreas intermunicipais, onde se dá no momento a abertura de novas frentes pioneiras de avanço do café - a região noroeste -, assim como o deslocamento de população para a área urbana. Desse modo, Botucatu sofre nesse período um intenso processo de expansão das suas atividades urbanas. O centro urbano torna-se o pólo irradiador das atividades comerciais, industriais, administrativas e educacionais da região (GARCIA, op. cit., p. 161).

Conforme aponta Delmanto (1995) e outros trabalhos¹, a relevância do

¹ DELMANTO, A. M. Ciclos Industriais... **Para Delmanto a industrialização de Botucatu apresentou várias fases ou ciclos industriais. O primeiro ciclo industrial vai de 1890 a 1930; o segundo de 1930 até 1950; e o terceiro corresponde aos anos de 1970 em diante.**

Petrarca Bacchi: Petrarca Bacchi nasceu em Brescello, província de Reggio Emilia, Itália, em 13 de Novembro de 1817. Era filho de Domingos Bacchi e de d. Maria Sommi Bacchi. Em 1896, sob as ordens do general Baratieri, fez a campanha da Abissínia. Em 1898 veio para o Brasil passando a residir na cidade de Sorocaba. Nesse mesmo ano transferiu-se para Botucatu. Em 1901 contraiu núpcias com d. Maria Petry, já falecida. Desse consórcio teve os seguintes filhos: Domingos, casado com d. Onélia Dromani; Sidraco, casado com d. Teodomira Pampado; Hermínio, casado com d. Ida Milanesi; dr. Jacob, casado com d. Maria Dromani; Américo e Anita. Em segundas núpcias, casou-se com d. Elvira Grazini e deste casamento são suas filhas as menores Mariana e Marina. O sr. Petrarca Bacchi iniciou suas indústrias com um moinho de Fubá no local denominado hoje de Salgueiro, isto é, no começo da rua Amando de Barros; transferiu-se depois para o moinho do Russo hoje de propriedade do sr. Adriano Ribeiro. Em 1909, localizou-se na Avenida Floriano Peixoto, primeiramente com uma máquina de arroz. É esta a modesta origem do grande parque industrial. Da máquina de arroz o sr Petrarca Bacchi instala um pastificio, depois a serraria, máquina de algodão, a Usina HidroElétrica e, finalmente, uma fábrica de chapéus. Cerca de 400 operários trabalhavam nas indústrias Bacchi. As origens da Família Bacchi remontam-se à Idade Média. De estirpe nobre, originária de Modena, os antepassados do sr. Petrarca Bacchi foram exclusivamente homens de armas. Vários deles participaram da Batalha de Beoca, contra os mouros, no dia de Santo André. No ano de 1022 passam a pertencer a Ordem dos Cavaleiros, instituída pelo rei Roberto, o Devoto. Foram defensores de fé cristã e o brasão heráldico, representa a batalha de Beoca. O sr. Petrarca Bacchi naturalizou-se brasileiro". **Publicado originalmente na Folha de Botucatu, março de 1940.**

Virgínio Lunardi: "Virgínio Lunardi, cidadão de S. Pelegrino, Itália, é cidadão de Botucatu, Brasil. Foi coragem e força, abnegação e filantropia, capacidade de inteligência e apologista do trabalho. O bronze que hoje lhe perpetuam nome serve, apenas, como motivo de fixação porque, mais do que o metal, a sua memória se espelha na sua própria vida. E sua vida foi um Exemplo e sua existência foi uma diretriz de retidão. Planta transplantada da velha Itália trouxe, para a terra ubertosa de Botucatu, a seiva de séculos de civilização. E como os carvalhos que foram testemunhas da história, Virgínio Lunardi, filho ilustre de duas pátrias, uma de nascimento e de coração, outra adotiva e de sua alma, mergulhou raízes na ancestralidade e esplendeu a folhagem para o céu, para o alto, para o sol, para a alegria da vida nova, num hosana festivo, numa epopeia de pujança e sentimento. A sombra de sua amizade verificou-se o humanismo do gênio de sua raça. Nunca negou o pão a quem lhe o pediu, nunca faltou com o conselho a quem se sentia deprimido, nunca negou o estímulo a quem precisava de um pequeno apoio para progredir. Foi o homem humano porque viveu sempre em função de seus semelhantes; foi o homem total porque criou um império de trabalho, esse trabalho que é dignidade e que é sua herança mais preciosa; foi o homem abnegação porque compartilhou sempre do sofrimento alheio. Quando todos desceram, ele acreditou. E a sua fé levantou uma indústria como atestado de confiança no futuro de Botucatu. Do alto desta colina ele descortinou, no porvir, os horizontes do progresso da terra de seus filhos. Virgínio Lunardi foi o herói, não o herói da bravata e da inconsistência mas foi o herói da compreensão e da justiça, da integridade e do caráter. Impondo a si mesmo uma norma de conduta rígida e sempre soube compreender a falta alheia e a dor do próximo porque nele o coração sempre conseguiu, para os outros, a concessão da consciência. Amou a Itália com amor de filho e amou o Brasil com amor de pai. Se a Itália lhe deu o nascimento, o Brasil lhe deu o berço da descendência E sempre foi o filho amoroso e o pai emotivo, filho que se ajoelha e o pai que abençoa. Virgínio Lunardi, neste primeiro ano do Centenário da tua e da nossa terra, esta Botucatu que amaste e que amamos, recebe a homenagem da tua gente. Que este bronze seja a lembrança de um povo que reconheceu o teu mérito e que amanhã, nesse dia longínquo do futuro, as gerações aqui parem e meditem, que sintam teu exemplo e a dignidade de tua vida e que, concentradas na análise do que foste, possam proclamar: "Este, de fato, foi um homem; este, de fato, é um símbolo". **Publicado originalmente na Folha de Botucatu, abril de 1955.**

DONATO, H. **Achegas para a história de Botucatu.** 3ª ed. reescrita. Botucatu, São Paulo: Banco Sudameris e Prefeitura Municipal de Botucatu, 1985.

DELMANTO, A. M. Ciclos Industriais. *In: Memórias de Botucatu.* Edição da vanguarda de Botucatu, 1995. ¹²³ DELMANTO, A. M. Ciclos Industriais...

GARCIA. O café na história de Botucatu. p 18 , *In: Ciência Geográfica*, nº 03 – Abril de 1996.

princípio industrial que ocorreu em Botucatu entre 1884 e 1920 é avaliado pela magnificência da Indústria Lunardi e pela atuação do Grupo Industrial Petracchi Bacchi, que eram fábricas ligadas a máquinas que auxiliavam na produção de grãos, cereais e café, alguns utensílios domésticos como sabão no Caso da Petracchi Bacchi e a Lunardi em alguns setores de alimentos como bolachas, portanto setores de bens de consumo especificamente.

Em meados dos anos 50 e 60 do século XX, surgiram outros ramos de indústrias em Botucatu como o setor de metalurgia com destaque para a firma Neiva Ltda (atual Embraer).

Nos anos 1970, o município adquire um novo complexo industrial com indústrias do ramo madeireiro e celulose com a chegada das empresas Duratex e Eucatex e início dos anos 1980 a metalúrgica CAIO fabricante de Carroceria de Ônibus.

Atualmente, Botucatu possui cerca de 150 mil habitantes. Localiza-se a aproximadamente a 238 quilômetros da capital paulista, é cortada pela rodovia Marechal Rondon e faz ligação com a Rodovia Castelo Branco pela Hypolito Martins, e que facilita a logística, o escoamento e toda a circulação de mercadorias e produtos do e para o município citado.

É uma cidade que possui uma boa diversificação de setores industriais, como o ramo metalúrgico, papel e celulose, mecânica entre outros entre os quais podem ser citadas as empresas Eucatex, Grupo Dexco (o qual faz parte do Grupo Itaú), Bracell, Irizar (e que também se destaca pela fabricação de ônibus, com ênfase no modelo rodoviário), Café Tesouro, Embraer e Caio Induscar etc. Esta última será objeto e foco de nossa análise logo adiante:

Figura 1 - Mapa do Estado De São Paulo Localização de Botucatu



Fonte: Instituto de Bociências - Câmpus de Botucatu Unesp

1.3 CAIO Induscar – (Nosso Objeto de Estudo)

A Caio Induscar é uma empresa brasileira, fabricante de carrocerias de ônibus e micro-ônibus (rodoviários e urbanos), fundada no município de São Paulo, primeiramente com nome de Companhia Americana Industrial de Ônibus, (CAIO), pelo imigrante italiano José Massa, no ano de 1945, mas iniciou suas atividades em janeiro de 1946. De 1945 a 1980 a empresa se manteve no município de São Paulo, mas em 1982 a empresa mudou-se para o interior do estado de São Paulo, para a cidade de Botucatu. Ocupa uma área de 400 mil m², com capacidade para produzir até 40 ônibus por dia, com destaque para os ônibus urbanos, em que é líder de vendas e produção nesse segmento, com destaque também, para vendas em toda malha circular da grande São Paulo.

No final dos anos 1990, a Companhia Americana Industrial de Ônibus (CAIO) passa por um turbulento processo de dificuldades financeiras, em que resultou em sua falência (em dezembro de 2000).

Em janeiro de 2001, um novo grupo econômico, constituído por empresas de transporte de pessoas, assumiu por meio da empresa Induscar, o parque fabril, o direito de uso e comércio dos produtos da marca Caio. O grupo atua também na venda de veículos comerciais, chassis para ônibus, caminhões e automóveis nacionais e importados. No mês de março de 2009, a Induscar passou a ser dona da marca Caio e do parque fabril – atualmente é conhecida como Caio Induscar.

Em 2001, com a chegada do novo grupo econômico (o Induscar), que pertence ao Grupo Ruas e ao cruzar os portões da fábrica, nasceu o sonho de tornar a marca Caio ainda maior. Sob a atual gestão, a Caio produziu, no período de 2001 a 2017, cerca de 120 mil carrocerias, na sua maioria voltada para o segmento urbano (Fonte: <https://caio.com.br/sobre>).

A Caio Induscar possui um amplo mercado de atuação interno e externo - (países como a África do Sul, Angola, Argentina, Chile, Costa Rica, Equador, entre outros). Com 'know how' competitivo e escala de produção atinge várias regiões e países da economia mundial e a Caio consegue ser competitiva nos mercados de mais de 50 países

Atualmente a empresa encontra-se sob o comando de Marcelo Ruas, Maurício Cunha e os Grupos APMR e VT CUNHA. Esses dois grupos possuem grande influência sobre o mercado do transporte coletivo e fabricação de ônibus e caminhões

Como ficou apresentado na introdução, as empresas podem aplicar o lucro excedente de alguma maneira (HARVEY, 2005, p. 134-136), citando dois desses projetos sociais temos: Programa de Reabilitação e Inclusão Social. A Caio Induscar investe em seu compromisso com a sociedade, desenvolvendo atividades e projetos de valorização humana. A empresa, em parceria com o INSS, tem alcançado resultados muito satisfatórios com seu Programa de Reabilitação e Inclusão Social.

O programa consiste em capacitar e reabilitar colaboradores afastados pelo INSS, que não podem mais exercer suas atividades anteriores, recolocando-os em novas atividades. (Fonte: caio.com.br, Acessado em 21 de setembro de 2022) .E o outro projeto que o Grupo Caio está envolvido, corresponde a inserção de jovens aprendizes no mercado de trabalho por meio de cursos técnicos profissionalizantes, que são realizados em parceria com o SENAI de Botucatu/SP, nos quais o jovens participam de atividades como estágios dentro da empresa Caio Induscar, obtendo experiências em modalidades industriais e preparando para o mercado de trabalho nesse segmento; dentre os cursos da modalidade de Inclusão Social destaca-se também técnico de soldagem industrial, eletricitista industrial, auxiliar de produção industrial e técnico de metalurgia.

Figura 2 - Imagem da entrada da Caio Induscar na cidade de Botucatu



Fonte:Caio Induscar- <http://caio.com.br/> Acessado 21 de Setembro 2022

1.3.1 Transporte Coletivo

Nos dias atuais o movimento das pessoas e de produtos e mercadorias são constantes, e, como exemplo, podemos incluir no seu direcionamento, o trabalho, o local de estudo e destinos de lazer, entre outros. O fator que determina a escolha do transporte coletivo, parte de distintos elementos, entre eles podemos citar: localização geográfica, custos e benefícios e a qualidade do serviço prestado. É como diz o autor abaixo sobre a importância do transporte público urbano:

Sendo o transporte público um serviço essencial, a visão do seu financiamento deve ser especial e não ficar submetida a enfoques monetaristas rígidos, como o da sustentabilidade financeira a qualquer custo. Dada sua relevância para a sociedade, o aporte de recursos para garantir operações aritmeticamente deficitárias deve ser visto como investimento, e não como desperdício, desde que seja feito com critérios claros de justificativa e com controle social eficaz. Paralelamente, a cobrança das externalidades negativas provocadas pelo uso do automóvel e da motocicleta deve ser feita extensamente para compensar as desvantagens causadas para o transporte público e para os pedestres e os usuários de bicicleta. Essa cobrança pode ser feita tanto na forma operacional – por exemplo, com restrições à circulação de autos – quanto na forma econômica, de aumento dos custos de aquisição e operação de automóveis. (Vasconcelos; Moraes Pereira, 2011, p .66)

E a Caio Induscar, como fabricante de carrocerias de ônibus, exerce um papel fundamental no que se diz respeito, a esse segmento, pois toda frota de ônibus urbano circular de São Paulo e Grande São Paulo, entre outras regiões do Brasil, são produzidos e fornecidos pela Caio Induscar. Além, de diminuir os engarrafamentos nos grandes centros urbanos (o que traz impactos positivos nas deseconomias de escalas e de aglomeração), a produção dos coletivos urbanos geram empregos na cidade de Botucatu na CAIO e empresas que são suas parceiras e auxiliares, gerando um ciclo econômico, nos diversos vetores escalares dos territórios e espaços nos seus mais variados níveis (local, regional e nacional) gerando renda pública e tributos diversos acarretando ganhos sociais e econômicos diversos.

1.3.2 Mobilidade Urbana

Dentre os diversos fatores que a Caio Induscar pode contribuir, para a sociedade, está o fato de interligar pessoas através de suas carrocerias de coletivos, que são responsáveis pelo transporte de pessoas, o que contribui com a questão da mobilidade urbana. Devido ao fato de interligar pessoas por meio desse tipo de transporte, o Ônibus, que é muito utilizado por pessoas e trabalhadores em geral, no deslocamento constante ora pra atividades cotidianas do trabalho, ora para as formas de lazeres existentes. etc.

Vasconcelos (2002) aponta que as carências sociais e econômicas de populações e a necessidade de seus deslocamentos nos espaços urbanos para se realizar alguma atividade do cotidiano, as pessoas ao executares os deslocamentos o fazem através de conduções de frota de transporte automotores ou não motorizados; em economias em processo de desenvolvimento como é caso do Brasil, os indivíduos residentes nos grandes centros urbanos fazem em média, duas locomoções (mediana entre as que se locomovem e os que não se deslocam), quantidade equivalente à metade das viagens realizadas por pessoas em (países de capitalismo avançado) para realizar alguma necessidade, o dia dia de seus afazeres

Sabemos que o Brasil é um país com bastantes contrastes no que diz respeito a desigualdade social, deste modo uma das barreiras a serem enfrentadas é do acesso às melhorias na mobilidade urbana por meio do ingresso de camadas mais carentes aos serviços públicos essenciais, entre eles também estão incluídos o transporte

público de qualidade, esse serviço vem crescendo em cidades de porte médio como Botucatu e outras cidades que vão cada vez mais aumentando sua população e progredindo sua urbanização, o que necessita se de uma ênfase nesse segmento para interligar as pessoas, que vão residindo nas expansões dessas cidades.

2. A Industrialização no Brasil

Comparado com outros países, a industrialização do Brasil, considera-se tardia, pois seu desenvolvimento ocorreu só após o rompimento com as oligarquias cafeeiras no Governo Vargas e continuaram seu progresso na era JK.

Até 1822, o Brasil era colônia portuguesa e toda sua economia se embasava na monocultura de cana-de-açúcar. Neste período a Coroa portuguesa não aceitava vínculos comerciais de manufatura, em razão de que eles queriam manter um elo de provisão de mercadorias para exterior. Quando a independência do Brasil chegou e Dom Pedro I se tornou imperador a economia do Brasil tomou outros rumos principalmente durante a metade do século XIX. Com a era do café o país começava a dar os primeiros passos no novo ciclo econômico, era início do que no futuro, viria a se tornar um movimento à industrialização.

As primeiras tentativas de industrialização no Brasil partiram do Barão de Mauá, em investimentos nas estradas de ferro (ferrovias), dando início ao processo de infraestrutura do país em meados do século XIX, para escoar toda a produção cafeeira, até os portos para serem exportadas.

Todavia, a indústria iniciou-se no Brasil em meados do final do século XIX para o começo do século XX; depois da revolução de 1930 essa atividade foi expandida, assim como a atividade do café, em estágio crescente, já havia proporcionado o desenvolvimento da estrada de ferro com a finalidade de escoar a produção até os portos para serem exportados para Europa e Estados Unidos que eram nossos principais mercados consumidores. Porém, com a queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, ocasionou-se uma crise do setor de exportação, onde o cenário mudou e pôs fim o período de hegemonia do café, alavancando a indústria incipiente nacional. Este fato, de tal monta, possibilitou a abertura para novos ciclos econômicos (tanto ciclos de Kondratieff (1930-80); quanto de Juglar (5-10 anos)) e de desenvolvimento da indústria que ocorrera inicialmente com a Era Vargas com a indústria de base minero-metalúrgica, têxtil e alimentos (a substituição de importações amparada por capital privado e estatal), onde foi se criando vários ramos industriais estatais - a estatal Vale do Rio Doce (CVRD) com finalidade de extração de minério de ferro e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), a construção da Siderúrgica Nacional, (CSN) em Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro por capitais dos Estados Unidos,

resultado de acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos com objetivo do Brasil lutar na Segunda Guerra Mundial juntos com os Aliados para derrotar o Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

Conforme Lima (1970) o período pós-Primeira Guerra mundial caracterizou-se por grandes acontecimentos na esfera do campo industrial, com muitos investimentos vindos da expansão do capitalismo industrial dos norte-americanos no Brasil. Estes acontecimentos não simbolizam apenas um novo marco nas relações internacionais de nosso país, porém um novo marco da industrialização nacional do país.

Até num período anterior, as relações de intercâmbio tanto financeiras quanto econômicas eram realizadas com a Europa, especialmente a Inglaterra, que detinha interesses excessivos aqui. Essas relações, muito antigas desde o tempo da Coroa Portuguesa, continuavam em vigor até novas parcerias serem firmadas com capitalismo norte-americano, que vinha se fortalecendo como hegemonia econômico-financeira.

Como a Inglaterra havia perdido suas colônias no norte, ela buscava no Sul, como o Brasil, fortalecer sua relação para manter sua influência. Portanto, não era na verdade a Coroa Portuguesa, mas sim a influência da hegemonia britânica e o imperialismo de seu estado nacional que contribuíram para a dependência da economia brasileira, isto é, tais empuxos não partiram de Lisboa e sim de Londres. Sem embargo, não cabe aqui essa discussão, já apontada em Arrighi, (O longo século XX...) ao apontar as diferenças dos imperialismos britânico e estadunidense na conformação da indústria na periferia do mundo.

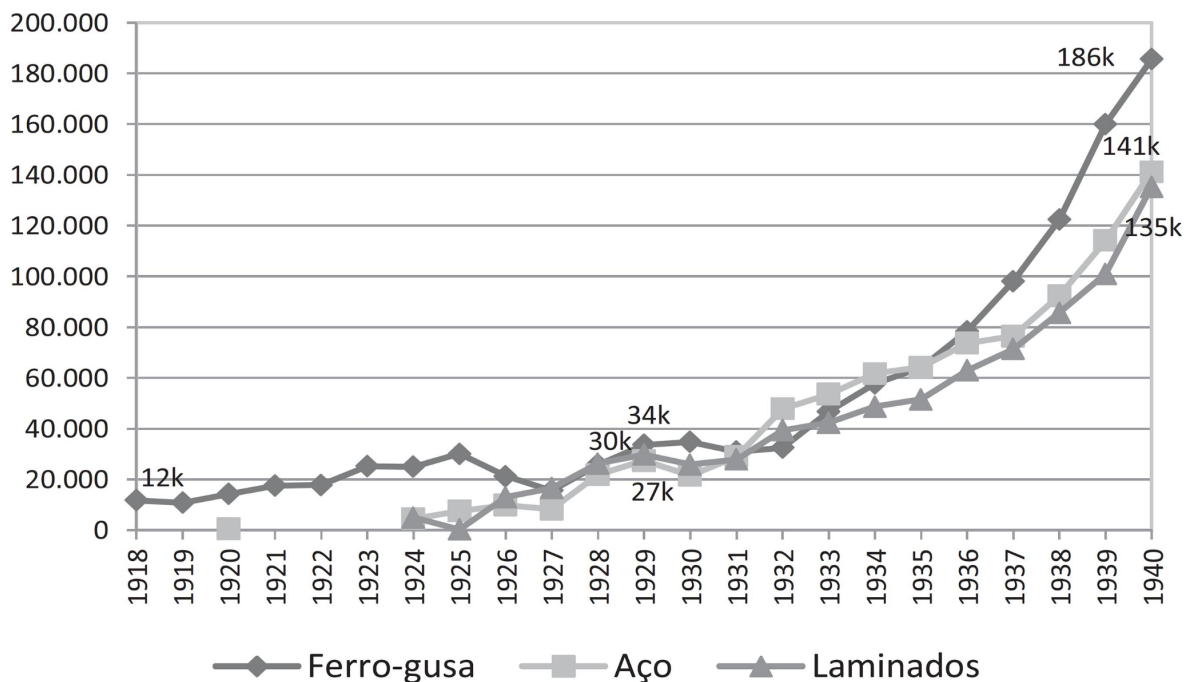
Desta maneira, Ferreira (1970), já antes destes acontecimentos acima, beirando a década de 1930 e depois, aponta que o Império Britânico, quando o Brasil tornou-se independente, aproveitou-se da situação posta para transferir débitos de Portugal a um devedor desprovido (produção de vulnerabilidades econômicas entre outras). Sendo assim, o Brasil deu seus primeiros passos de forma ingênua no crédito da economia mundial sob comando dos ingleses. Este cenário mudou quando os norte-americanos passaram a investir no Brasil e pôs fim, nessa tradição que perdurava por quase três séculos. A repercussão da Segunda Guerra mundial foi superior a da Primeira Guerra mundial no Brasil, pois obtemos crescimento econômico considerável e o mundo tornou-se mais enigmático. Seus reflexos, não foram notados durante o conflito armado, mas expandiram-se para além dele, resultando em evoluções e dinâmicas em vários setores de atividade econômica. O autor abaixo traz

uma abordagem interessante e comparativa dos períodos de guerras e os reflexos internos no Brasil:

O efeito imediato e de maior ressonância foi sem dúvida o registrado em nosso comércio exterior, por motivos óbvios e já apontados quando estudamos as consequências da Primeira Guerra Mundial. Por isso, nos dois primeiros anos, ou seja, até 1941, o volume físico, tanto das importações quanto das exportações, baixou de 15%, enquanto os preços cresceram de 20% para as exportações e de 11% para as importações. Produziram-se também modificações geográficas nesses negócios. As importações da Europa, principalmente das Ilhas Britânicas, que representavam 46% do total, caíram para 13%, e as exportações, que eram de 46%, baixaram para 17%; ao passo que para os E.U.A. as importações, que tinham sido de 34% em 1939, subiram para 60% em 1941, e as exportações passaram de 36% para 57% sobre o total. Era um completo deslocamento, que dessa forma se operava em nossas transações com o exterior. Se tomarmos um prazo mais dilatado, tais negócios tiveram o seguinte comportamento, em milhares de cruzeiros (FERREIRA, 1970, p. 360-61)

O gráfico a seguir: aponta dados de 1918 a 1940, em escala normal. Observamos que, se em 1918, o país produziu 12 mil t de ferro, chegou em 1929 à produção de 34 mil t de ferro-gusa, 27 mil t de aço e 30 mil t de laminados. Ao longo da década de 1930, a expansão da produção foi também muito expressiva, tendo o país produzido, em 1940, 186 mil t de ferro-gusa, 141 mil t de aço e 135 mil t de laminados. (Barros, 2014 p 163).

Gráfico 1 - Produção siderúrgica brasileira (1918-1940)



Fonte: Gustavo Barros, 2015. O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e substituição de importações

Como se nota no gráfico acima as décadas que sucedem a Primeira Guerra mundial, constata-se uma grande produção nos ramos das indústrias de siderurgia, com destaque para, minério de ferro, aço e laminados, e é expressivo a produção no estado de Minas Gerais. Durante os anos de conflitos da Primeira Guerra, a extração mineral (matéria prima base da siderurgia) era destinada à exportação, contudo o cenário muda no pós-2ª. Guerra e com mudanças substantivas na siderurgia nacional.

Em 1919, de acordo com Suzigan e Villela (1975), as indústrias dos ramos têxtil, de vestuários e calçados, produção alimentícia, bebidas alcoólicas e tabaco eram encarregadas por cerca de 70% da cotação atribuída pelo setor industrial.

Já no ano de 1939, esse mesmo setor, correspondia a cerca de 58% do valor atribuído à economia do país. (Marcelo Curado e Marcio José Vargas da Cruz, 2008).

Foi durante esse período principalmente durante a Era Vargas (década de 1950) que ocorreu grande intensidade de êxodo rural, incentivados pela mão de obra a ser suprida nas cidades para as fábricas que iniciavam suas atividades em produtos manufaturados e de bens de consumos que antes eram importados. Agora com a política de substituição de importações e incentivo ao desenvolvimento econômico a industrialização nacional tais produtos acima, passaram a ser produzidos no Brasil.

Dessa forma, Getúlio Vargas deu início ao rompimento com passado agroexportador e possibilitou a consolidação de um recém-corporativismo industrial, focando em um mercado interno nacional em consolidação

O período compreendido entre 1933 e 1955 assistiu a um intenso processo de crescimento das atividades industriais no Brasil. Chama a atenção, no entanto, como característica marcante desse período, o intenso processo de diversificação das atividades industriais, em que se destacam a redução da participação dos chamados setores de bens de consumo não-duráveis e o concomitante incremento de setores da indústria pesada e a indústria de duráveis.

Posteriormente, entramos para a era JK (década de 1950/60), onde se obteve muito investimento nesse segmento, como destaque podemos citar a indústria automobilística, com a instalação de multinacionais, através de incentivos fiscais entre elas as fábricas alemãs da Mercedes Benz e Volkswagen que iniciou fabricação do carro Volkswagen (Fusca) em unidade nacional, no ano de 1953 na cidade de São Bernardo do Campo, no ABC paulista (Grande São Paulo) criando oportunidades econômicas no país e criando um mercado interno. A fase de expansão a partir do final dos anos 1960 se caracterizou pelo crescimento relativo da indústria "pesada", como a produção de bens de capital e o setor petroquímico.

Durante a Era Jk, elaborou-se o Plano de Metas (1956-61), que tinha como objetivo o desenvolvimentos em setores como, energia, transportes, indústria, alimentação e educação e tinha como slogan (crescer cinquenta anos em cinco).

Neste período ocorreram grandes investimentos em infraestruturas, como construções de rodovias, chegadas de multinacionais (inclusive americanas), como foi citado anteriormente, e construção de usinas hidrelétricas como a de Paulo Afonso na Bahia no Rio São Francisco e também a transição da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília.

Com objetivo de reduzir os contrastes que existiam entre as regiões do Brasil, foi criada durante o governo de Juscelino Kubitschek a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)), devido ao fato das regiões Sudeste e Sul terem obtido maior desenvolvimento econômico industrial em relação ao Nordeste brasileiro.

Para realização desse plano, era necessário empréstimos estrangeiros e impressão de moeda, no entanto, Fundo Monetário Internacional (FMI)) negou os empréstimos, pois acreditavam que todas aquelas obras resultariam em uma

gigantesca inflação, lesando os credores estrangeiros; porém JK conseguiu empréstimos de bancos europeus e norte-americanos para consolidação desses empreendimentos públicos.

Abaixo, uma observação pertinente quanto ao Plano de Metas do governo JK:

O Plano de Metas, implementado durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), procurou realizar de um golpe a instalação de um conjunto amplo e diversificado de setores industriais, modificando radicalmente a estrutura produtiva do país. Isso foi realizado por meio da expansão dos investimentos das empresas estatais (energia elétrica, petróleo, rodovias, portos etc.), das companhias de capital privado nacional (autopeças, têxteis, alimentícias etc.) e das corporações multinacionais (setor automobilístico, farmacêutico, metal-mecânico) (IPEA, 2010, p. 9-10)

Em seguida, durante o início dos anos 1960, o país passou por um período conturbado relacionado ao crescimento, pois até 1961 o plano de substituição das importações proporcionou crescimento de 6,8%, já a partir de 1962 o país entra em período de recessão ou estagnação, o que proporcionou reduções das taxas de crescimento em torno de 5%. Em 1963 foi elaborado pelo economista Celso Furtado o Plano Trienal, na perspectiva de recuperar o progresso econômico que vinha ocorrendo nos últimos anos. Entre os objetivos defendidos por esse plano estavam: alicerçar um crescimento anual com uma taxa em torno de 7%, redução da inflação, distribuição de renda, investimentos no campo da pesquisa científica e tecnologia, e educação (Kon, 1994).

No que toca a especificidade do Plano Trienal segue uma explicitação do mesmo:

O Plano Trienal, portanto, explicitava a intenção de conciliar objetivos de crescimento, repartição e estabilidade, que, no entanto, mostraram-se conflitantes. As medidas postas em prática não impediram o fracasso da implementação do plano, se observado pelo recrudescimento da taxa de inflação para 75%, queda da taxa de crescimento do PIB - Produto Interno Bruto - do país para 1,6%, aumento do déficit de caixa do Tesouro acima do programado e queda da taxa de investimentos. (KON, 1994, p. 52).

Adiante, entramos no período de regime militar (golpe de 1964), momento em que foi instituído um novo plano econômico, (Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), com objetivo de combater a inflação, além dos incentivos ao desenvolvimento da economia nacional, gerando empregos, ajustes tributários e corrigir tendências de déficits no balanço de pagamentos, e com efeito, recebemos muitos investimentos estrangeiros e incentivos ao consumo de produtos fabricados no

território brasileiro (chama-se isso de modernização conservadora no Brasil). A fase de expansão a partir do final dos anos 1960 se caracterizou pelo crescimento relativo da indústria "pesada", como a produção de bens de capital e o setor petroquímico.

De novo, a autora abaixo faz um apanhado desse período da ditadura militar no Brasil:

Neste período, foram efetuadas reformas institucionais e tributárias relevantes e ainda relativas ao mercado de capitais, ampliando o sistema de financiamento da economia. A reforma geral no Sistema Monetário-Creditício realizada em 1964 e a Reforma Financeira em 1965, visando à modernização financeira, criaram novos instrumentos de mobilização financeira e instituições especializadas no provimento de vários tipos de crédito, como: as financeiras, para o financiamento do consumo de bens duráveis; os bancos comerciais, para o fornecimento do capital de giro das empresas; os bancos de investimentos, para o fornecimento de recursos a longo prazo; o mercado de ações, criando fundos de investimentos com deduções do Imposto de Renda; o Banco Nacional da Habitação - BNH, com o fim de operar como agente financeiro, com recursos dos trabalhadores. Essas reformas propiciaram, nos anos seguintes, um desenvolvimento muito rápido do sistema financeiro brasileiro, pois se, em 1964, os ativos monetários (papel-moeda e depósitos à vista) em poder do público correspondiam a 88% dos haveres financeiros, em 1978 situavam-se em 31%.⁷ Apesar desses resultados, as medidas levadas a efeito não se fizeram sentir de imediato, pois os objetivos e metas propostos pelo plano não foram alcançados. (KON, 1994, p. 52-53)

No ano de 1967, foi propagado o Programa Estratégico de Desenvolvimento para os anos de 1968 a 1970, que tinha como fundamentos o fortalecimento da iniciativa privada, com foco na aceleração do desenvolvimento econômico, juntamente com a estabilização de forma gradativa dos preços, a consolidação da infraestrutura por intermédio do governo e a expansão das possíveis oportunidades de emprego e o fortalecimento do mercado interno (Kon, 1994).

Durante esse momento diversos produtos nacionais tinham competitividade no país e mundo afora. Vamos ver como a autora abaixo aborda essa questão abaixo:

Em 1971, é submetido ao Congresso Nacional o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND) para o período 1972-74. As estratégias e prioridades definidas tinham como objetivos primordiais a manutenção do nível global do PIB, a continuação do combate à inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos e a melhor repartição de renda. Seriam implantados instrumentos no sentido de permitir a modernização da empresa nacional, do sistema financeiro e do mercado de capitais. A par disto, seriam criados programas específicos, como a Política de Tecnologia Nacional, visando ao avanço tecnológico, o Programa Petroquímico, o Programa de Construção Naval, o Programa Básico de Energia Elétrica, os Corredores de Transportes, o Programa de Comunicações e o de Mineração. (KON, 1994, p. 53)

O padrão de desenvolvimento era compatível com uma visão de integracionismo e crescimento nacional, estabelecido pelo Programa de Integração Nacional, na busca por alcançar patamares econômicos em níveis regionais, ou seja, um desenvolvimento nacional de produtos manufaturados, bens de consumo. No entanto, o lado obscuro de todas essas medidas processadas durante esse período foram as altas dependências exteriores tanto em capital como tecnologia, o que ocasionou futuramente grande endividamento tanto público como privado.

Kon, op. cit., aponta isto com a seguinte gama de observações:

O Estado subsidiou a formação de capital na indústria, através de isenções ou reduções da tarifa aduaneira e dos impostos IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e ICM - Imposto sobre Circulação de Mercadorias, que incidiam sobre a importação de máquinas e equipamentos destinados à indústria, de acordo com projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI) ou outros órgãos regionais de desenvolvimento. Além disto, foram instituídos subsídios embutidos nos financiamentos a longo prazo para investimentos industriais, pelo BNDE, que consistiam em correção monetária inferior às taxas de inflação observadas. Paralelamente, a instituição de incentivos fiscais, administrados por órgãos regionais de desenvolvimento, pretendia impulsionar os investimentos em regiões menos desenvolvidas (particularmente o nordeste), transformando a agricultura da região semiárida e assegurando um processo de industrialização auto-sustentado, e, na Amazônia, ampliando a fronteira agrícola. (KON, 1994, p. 53)

A economia brasileira dava sinais, que reagiria muito bem, e entramos na década de 1970 em que tivemos todos esses avanços que foram citados anteriormente, como o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Programa da Integração visando o desenvolvimentismo nacional. Outro fato marcante desta década foi o período do “Milagre Econômico” (ou Milagre Brasileiro), mais especificamente no ano de 1973, entretanto, nesse mesmo ano ocorreu a primeira crise do Petróleo, que resultou que o modelo capitalista de produção vigente no mundo, denominado fordista-keynesiano, que produzia em massa para consumo em massa fosse substituído pelo modelo de acumulação flexível. O novo paradigma (ainda vigente) tinha uma nova padronização de produção (tecnologia agregada e mão de obra qualificada), em que não se acumulava ou produzia em massa, e sim atendendo a demanda. O modo de produção fordista desenvolveu fortemente no pós-guerra, em 1945 em diante. O Estado desenvolveu novas medidas para atender aos requisitos institucionais novos e estabelecidos, como trabalho corporativo e organizado, e

movimentos operários ligados a sindicatos, foram incorporados pelos governos a fim de responder seus interesses de classes.

O fordismo, molde de produção industrial, alicerçado na uniformização da linha de produção e montagem, conduziu profundas transformações nos modos de organização do trabalho, produção e consumo, da mesma forma que isso também acarretou, numa série de mudanças nas distribuições e localizações dos polos industriais. Modelo que foi implantado, desenvolvido por Henry Ford em sua montadora de veículos automotores (Ford - Michigan/EUA), durante o início do século XX (1914), O fordismo exhibe à produção em extrema quantidade, volume, bem como H. Ford imaginava, e que resultaria em consumo com grande intensidade, fracionado por etapas e reforço laboral no maquinário, no qual cada trabalhador adquire uma função, especialidade provocando uma agilidade e redução de danos e erros na produção, contribuindo assim para redução dos custos de produção. Vendo de outra forma, esse modelo de produção determina uma relação entre trabalhador e o produto final. Divergente do meio de produção manufatureira, a produção em massa afasta o produtor do produto que está sendo feito, pois não se consegue ter conhecimento sobre outras fases da fabricação do produto, em razão da especialização técnica do trabalho até a etapa final da produção da mercadoria.

Um novo tipo de operário é formado para se adequar ao modelo de sociedade e de consumo, afinal de contas para Henry Ford todos os trabalhadores deveriam ter possibilidades, e condições para se comprar mercadorias fabricadas no modelo de produção em massa.

Um dos pontos mais importantes do fordismo era como o Estado deveria intervir nas indústrias e no mercado de trabalho. No começo, Ford considerava que a autorregulação, pelo mercado, satisfazia os interesses do capital e, após a forte crise de 1929, o que levou o capitalismo ao quase colapso, aperfeiçoou-se o intervencionismo do Estado na economia. Em contrapartida, em alguns países, os regimes autoritários e nacionalistas ganharam forças baseando-se no contexto da crise a qual se instaurou, durante a grande depressão de 1929 e depois, sendo vistos como a única solução para os problemas dos moldes fordistas e capitalistas.

A estagnação econômica do início da década 1970 (1973) ocasionada principalmente pela crise do petróleo, entre outros fatores, abalou as estruturas dos países capitalistas e levou as indústrias a reconsiderar o seu modo de produção e a regulamentação fundamentado na acumulação e extração do excedente econômico,

noutro patamar de exploração da força de trabalho (a acumulação flexível).

Em decorrência da crise fordista surge um novo modelo de produção, o pós-fordismo, ou regime de acumulação flexível (Harvey, 2012), (em confronto com a rigidez do fordismo), e representou nada mais que uma ruptura no ordenamento espacial, social e político das corporações industriais e do capitalismo em geral.

A racionalização econômica (ditada pela flexibilização e competitividade), impulsionada pela crise de rentabilidade do capital, levou à procura por opções que mantivessem o giro do capital num patamar de taxas decrescentes de lucratividade e rentabilidade dos lucros capitalistas. Novos meios de tecnologia e a descentralização da produção (disseminação geográfica das indústrias numa seletividade dos lugares, aparecimento das fábricas de montagem) e demanda por novos moldes de consumo fazem parte da era pós-fordista. O pós-fordismo, regrado na flexibilidade: dos padrões de consumo, da própria quantidade de bens produzidos e dos processos de trabalhos (just-in-time, kanbam, toyotismo etc.), “tempo certo”, atender a demanda são modelos que foram adotados por toda corporação industrial no mundo, por se tornarem uma alternativa nas reduções dos desperdícios, e mesmo na recomposição da ordem do capital sugando trabalho abstrato (Harvey, 2012).

O novo modelo estabelecido trabalha da seguinte forma: fabricar somente o necessário no tempo necessário e na quantidade exata, produzir de acordo com a demanda, ou seja, sem acumulação de mercadorias nos estoques, evitando a depreciação da economia da produção, evitando o exagero dos estoques acumulativos de mercadoria sem mercado consumidor, usa e abusa da flexibilização dos processos de trabalho (trabalho parcial, terceirização etc), desmantela o ordenamento jurídico do trabalho e dos mercados de trabalho, transformação nos moldes e produção dos bens produzidos, que é a distinção e a ordenação do mercado de trabalho em duas dimensões centro e periferia, cada uma com suas características. Na opinião de Harvey a tendência é cada vez mais sucederem-se nos mercados de trabalho a redução de trabalhadores dos modelos “centrais ” (e anteriores, potencializadas com a reparação flexível em marcha) e empregar cada vez mais trabalhadores do regime de uma força de trabalho que entra com facilidade e é demitida sem custos quando as coisas ficam em situações bem difíceis. Os excluídos tornaram-se excluídos, também operários e homens brancos que acabaram se juntando ao grupo dos excluídos (negros, mulheres, uma minoria étnica de todo tipo)

destacando assim a fragilidade no mercado de trabalho (que no jargão econômico vai se conhecer como flexibilização do trabalho).

Como efeito, deu-se um crescimento gradativo de economias informais e o regresso de outras modalidades mais antigas, como artesanal, patriarcal e paternalista. A produção passou a ser em pequenos lotes, segmentos e porções. A durabilidade dos produtos diminuiu com a acumulação flexível, o tempo de circuito das produções-consumos obteve reduções a fim de responder à lucratividade e rentabilidade capitalista (maior giro do capital) com o uso de inovações tecnológicas produtivas (robôs, just-in-time ,etc.), como foi citado acima.

Estes impactos ocasionados pelo novo modelo vigente, o de acumulação foi responsável por novas metodologias na produção como a agilidade no ritmo de montagem dos produtos fabricados, o que foi essencial para o aumento da margem de lucro dos grandes detentores de capital, que tinham passado por um período de perdas das taxas de lucratividade. Porém para se surtir efeitos com esses novos procedimentos, era necessário ter redução do giro de consumo.

Com a crise capitalista vinda dos anos 1970 (mais precisamente em 1973, com as políticas de Reagan de abertura e desregulamentação econômica, sem contar o desenlace do dólar com o ouro e aumento das taxas de juros do FED). Este conjunto de medidas externas repercute internamente no Brasil. Já nessa fase, nos anos de 1980, no Brasil, - chamada de década perdida -, como efeito do que foi dito acima, a ditadura militar entrou em crise, devido a inflação alta, a dívida externa crescente, déficit público cada vez maior e como medidas vindas dos centros do sistema capitalista, foi receitado pelos países centrais (e com o controle das agências multilaterais), mais abertura da economia e um agenda liberalizante. Sob batuta de “governos neoliberais“, que veio a se concretizar de fato em meados de 1990, iniciando-se no governo Collor (1990-92), em que se abriu o Brasil para importação generalizada de industrializados; o resultado, é que muitas empresas industriais nacionais declararam falência (incapazes de concorrer com o produto externo) e por decisões macroeconômicas atabalhoadas e sem respaldo na realidade do complexo industrial e na microeconomia setorial e industrial brasileira e, como consequência, tivemos uma quebraadeira geral e desemprego em grande escala (o setor de autopeças nacional, p. ex., desapareceu).

Em grande medida a desindustrialização brasileira tomou um vulto maior pelas medidas liberalizantes e extemporâneas vindas desse período. Temos como caso

emblemático a fábrica de automóveis Gurgel, (do engenheiro brasileiro, João Augusto Conrado do Amaral Gurgel), que fundou a Companhia Gurgel Motores S.A, que era uma montadora de automóveis nacional, porém não conseguiu prosseguir por falta de investimentos do estado, incentivos fiscais, o que o barrava em conseguir e dar continuidade a sua produção e inovar tecnologicamente, podendo chegar ao nível de competitividade internacional, como é o nível das montadoras dos países centrais. Cenário oposto do que ocorreu na Coreia do Sul, onde o Estado adquiriu uma parcela das montadoras como Hyundai e Kia Motors e que conseguiram decolar e ganhar escala no mercado internacional, podendo competir com os “peixes grandes” que dominam esse setor econômico; todas elas, empresas oligopólicas estrangeiras, como observa a economista desenvolvimentista dos EUA, Alice Amsden:

O Segundo Império Norte-Americano começa em 1980, com as eleições de Ronald Reagan e Margaret Thatcher. Logo uma crise da dívida convulsionou os países pobres, e por pelo menos 25 seguintes as soluções ortodoxas do Segundo Império Norte-Americano falharam em revertê-lo. Dentro dos círculos influentes, o debate quase cessou, e a dimensão intelectual do desenvolvimento silenciou-se. Apenas a impressionante Ásia continuou a se mover consistentemente em direção à fronteira tecnológica do mundo (AMSDEN, 2009, p. 2).

Estas medidas neoliberais tiveram início no Governo Collor e prosseguiram nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2002). No Governo de FHC, as privatizações aceleraram (fato que já vinha ocorrendo antes), as tais privatizações de empresas estatais (o filé mignon pra lembrar o jornalista econômico Aloisio Biondi), agora, com mais intensidade, as empresas do ramo de telecomunicação como: a Telebrás, Telesp; também bancos estatais como: Banerj, Banestado e também indústrias como: Embraer no ramo de aviação e as Companhias de Siderurgia e a Vale do Rio Doce, entre outras.

Também, ocorreram grandes reformas no corporativismo estatal, com redução de 20% dos funcionários públicos, tanto federais como estaduais, através de aposentadoria prévia ou demissão voluntária e, com isso, serviços que antes eram oferecidos pelo setor público estatal, passaram a ser terceirizados. As repercussões colocadas em prática pelo neoliberalismo são notados até os dias atuais, como a semi-estagnação da economia, alta dependência internacional (tecnologia e capital), pois não possuímos uma indústria altamente tecnológica e necessitamos de

importação para esses recursos que não são desenvolvidos no país, além da propagação da desigualdade social.

Outros aspectos negativos, ligados às políticas neoliberais, foram a crise no mercado de trabalho que ocasionou desemprego em massa e o crescimento do trabalho informal, resultando ainda mais na propagação da miséria e desigualdade social, contradizendo o que essas teorias neoliberais prometiam, que era o progresso econômico. González Casanova, 2007, afirma que as decisões que foram acatadas, vindas do Hemisfério Norte, contribuíram ainda mais para o fortalecimento dos países ricos e o subdesenvolvimento do terceiro mundo.

Todos os resultados obtidos com as políticas neoliberais de Collor-FHC, mas também, pontualmente noutros governos, inclusive do PT, em geral, foram muito fracos e espasmódicos em termos de desempenho. Daí se pode constatar, que a economia brasileira não cresce porque está presa numa armadilha de altas taxas de juros e baixa taxa de câmbio que mantém as taxas de poupança e de investimentos deprimidas - uma armadilha que a política econômica reforça ao invés de identificar e superar. Por que acontece esses erros? naturalmente tem um problema de incompetência, a dificuldade de fazer um verdadeiro ajuste fiscal e os interesses internos (poder dos financistas e seus apologistas de mercado) que defendem a manutenção de uma alta taxa de juros e uma baixa taxa de câmbio; mas a razão principal está no fato de que desde 1995, depois de 15 anos de crise e de falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento, a política macroeconômica do país subordinou-se integralmente aos ditames da ortodoxia convencional originária em Washington (Consenso de Washington, conhecidas desde de 1989, elaboradas pelo staff do FMI e BIRD e outros organismos multilaterais tendo como formulador o economista John Williamson). A estratégia econômica do país passou a ser ditada pelo exterior nunca, os formuladores brasileiros de política econômica foram tão elogiados, por Washington e por Nova York quanto nos últimos doze anos (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 26-27).

Todos esses fatores alinhados a abertura do país para importações (fortalecimento das multinacionais e do drive exportador de commodities em geral), empresas que exploram os recursos naturais de países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil e toda a América Latina, resultaram no enfraquecimento da indústria no Brasil que vinha sendo construída desde 1930 com Vargas e perdurou até 1980.

Porém, a partir de 1980 em diante, com o cenário neoliberal tomando conta do mundo, regido pelos EUA e países satélites do centro do sistema capitalista, o Brasil

cortou seus investimentos públicos direcionados ao desenvolvimentismo, passou a atrelar sua economia às medidas de competitividade em nível mundial e abrindo mão de seu desenvolvimento; mantendo-se refém, do progresso e da inovação tecnológica alhures e concomitantemente, fortalecendo-se a especialização técnica do trabalho centrada na economia agrária, retrocedendo a uma neocolonização, bem como efeito geral, a reprimarização e desindustrialização avassaladora..

O Brasil já teve uma indústria relevante, a primeira, a segunda, mas a terceira revolução industrial em diante (exceto alguns segmentos) andamos bem presente a estagnação e degradação, nos últimos 40 anos, de seu capitalismo industrial, e cada vez mais, exponenciando a dependência dos países de capitalismo central e a inserção subordinada mais ainda na economia mundial. Como aponta acertadamente o economista Bresser-Pereira (2007, p. 43): “[...] desde a crise internacional que se desencadeou em 1979, os brasileiros não sabem o que é o desenvolvimento econômico”.

Quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o país em janeiro de 2003, seu governo manteve a política que vinha sendo adotada desde o governo FHC. A macroeconomia, que era alicerçada e pactuada na condução de metas de inflação, câmbio flutuante e a política de formação de excedente fiscal primário, requisitos para contenção da inflação foram mantidos. O Banco Central brasileiro permaneceu fixando as taxas de juros em escalões extremamente elevados apesar de todos seus efeitos maquiavélicos (Cano, Silva, 2010).

Os resultados das permanências dessas políticas são observadas por Wilson Cano e A. L. Gonçalves da Silva em “Política industrial do governo Lula” (2010):

Com a política monetária freando recorrentemente o crescimento da demanda doméstica, o principal estímulo para a expansão da produção industrial somente poderia vir do comércio exterior, aquecido pela crescente demanda das economias asiáticas, em especial da China. Com as exportações em trajetória rapidamente crescente, as restrições externas diminuíram significativamente no governo Lula (CANO, SILVA, 2010, p. 6)

Porém, o governo Lula acabou com o veto à política industrial e deu primazia à elaboração de políticas voltadas à industrialização, tecnologia e comércio exterior (PITCE), formulada ao longo de vários meses, tendo parcerias de importantes peritos em políticas industriais, comércio exterior e tecnologia.

No entanto, essa pequena mudança de um desenvolvimento industrial, criou uma polêmica, devido ao fato de ser intensamente limitada e presa a apetrechos conservadores de câmbio, juros e gastos públicos, que resultam em uma complicação no seu processo de evolução. Cano e Silva analisa esta questão da seguinte forma:

Bem recebida por muitos, a implementação da PITCE teve, no entanto, que enfrentar muitas dificuldades, entre elas a herança herdada dos anos 1990, quando foram extintas ou esvaziadas muitas das instâncias de coordenação e de planejamento que desempenharam papel importante ao longo do processo de industrialização: conselhos interministeriais, órgãos de planejamento etc., além das instâncias que existiam no interior das empresas públicas de infraestrutura que foram privatizadas. Na lista dos sobreviventes: as esvaziadas agências de desenvolvimento regional, um BNDES desfigurado, o BB e a CEF com atuações acanhadas, o Sebrae com atuação isolada, alguns outros arranjos institucionais, além de um conjunto desarticulado de instrumentos, criados em geral para minimizar distorções geradas pela política econômica.

De acordo com os documentos oficiais, a PITCE (consubstanciada em um conjunto de 57 medidas distribuídas em 11 programas de política) propunha-se articular três planos distintos: 1) Linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico; inserção externa; modernização industrial; ambiente institucional/aumento da capacidade produtiva); 2) Opções estratégicas (semicondutores, software, bens de capital e fármacos); 3) Atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia, biomassa/energias renováveis). Eram dois os macro programas mobilizadores: I) Indústria forte (visando fortalecer e expandir a base industrial brasileira); II) Inova Brasil (visando aumentar a capacidade inovadora das empresas). Um plano de ação que explicitava como objetivos o aumento da eficiência da estrutura produtiva, o aumento da capacidade de inovação das empresas brasileiras e a expansão das exportações. Esta seria a base para uma maior inserção do país no comércio internacional, estimulando os setores onde o Brasil teria maior capacidade ou necessidade de desenvolver vantagens competitivas e abrindo caminhos para inserção nos setores mais dinâmicos dos fluxos de troca internacionais (CANO, SILVA, 2010, p. 7).

Quando Dilma Rousseff assumiu em janeiro de 2011, deu continuidade às políticas de implementação da indústria, tecnologia e comércio exterior. Porém, mantendo as políticas cambiais e fiscais adotadas por seus antecessores, Lula e Fernando Henrique Cardoso; o progresso do Governo Dilma, com incentivos de tentativas de uma pequena parcela de setores empresariais do desenvolvimentismo, que tiveram início com a era Lula em obras públicas, tecnologia da Petrobras, que resultou na obtenção do Pré-Sal.

No entanto, em meados de 2014 uma série de denúncias ligadas à Petrobras que resultaram na operação lava-jato, deu início a uma recessão econômica que futuramente resultou no golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016. E seu vice, Michel Temer, assume a presidência, e dá início a uma série de reformas neoliberais e

abertura do país e quebra do empresariado nacional, por meio das importações, técnicas antes realizadas por empresas brasileiras, e que passam a ser concedidas a companhias estrangeiras

Em seguida, Bolsonaro chega ao poder em 2018, e continua com as políticas extremamente ortodoxas, liberalizantes, com privatizações e cortes de serviços públicos, dando continuidade à destruição da frágil indústria brasileira e focando a economia para atividades agroextrativistas.

Atualmente, o Brasil mantém suas atividades direcionadas a indústria primária destinadas à exportação, que são exploração de matérias primas com destaque para commodities e um grande parque industrial com tecnologia importada e influência transnacional, com sua concentração firmada praticamente em toda na região Sudeste com produção de etanol e têxtil, e ramos da metalurgia e siderurgia.

A economia da região Sudeste do Brasil, devido a esses fatores, é considerada a maior do país, pois a ela é atribuída cerca de 55% do Produto Interno Bruto (PIB). Apenas no ano de 2010 essa região produziu 2,1 trilhões de reais em riquezas para o país, segundo os dados das Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A parcela do Estado de São Paulo corresponde por 1,2 trilhões desse montante acima e emparelha 33,1% do PIB brasileiro deste ano. Entre os destaques da produção responsável por esse percentual estão as indústrias automobilística, siderúrgica, naval e petrolífera, entre outras.

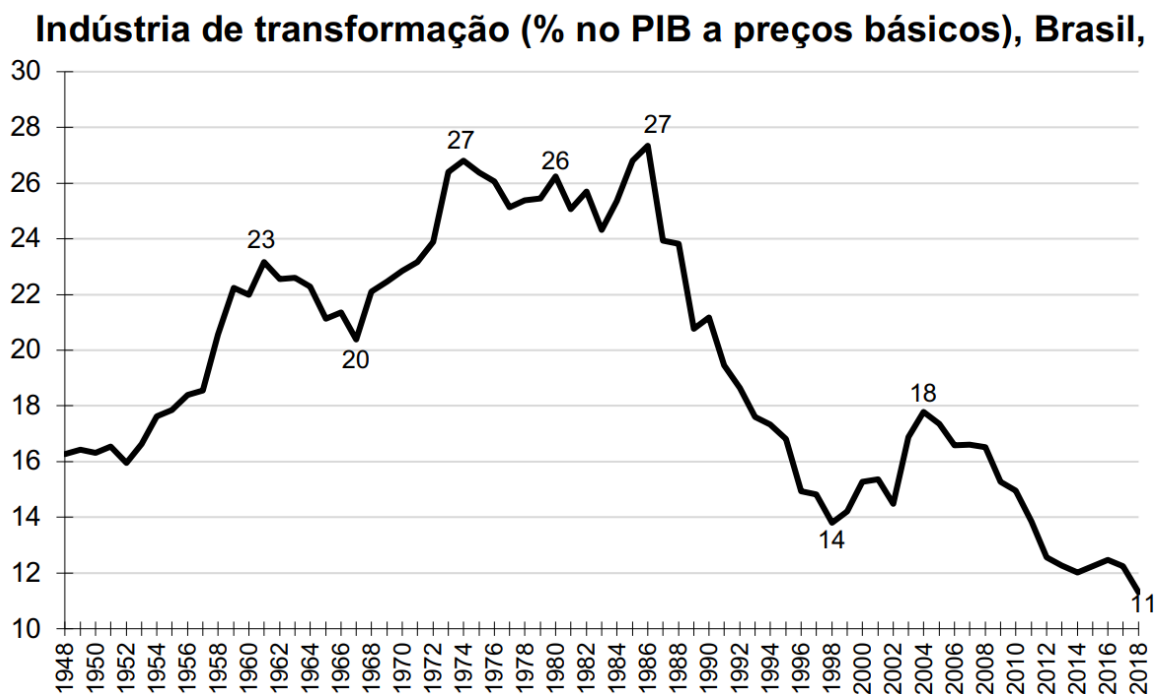
O povo brasileiro vem experimentando alguns anos a falta de participação da Indústria (pelo efeito direto do desemprego setorizado) na economia brasileira, como nos alerta matéria da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet, 2020):

O Brasil vem caminhando a passos largos e decididos rumo a essa ladeira abaixo há muito tempo. A participação do conjunto da indústria em nosso Produto Interno Bruto (PIB) chegou a apontar para um expressivo índice de 50% em meados da década de 1980, mas em seguida houve uma inversão desse movimento para uma tendência de queda. A abertura comercial descontrolada e irresponsável - iniciada em 1990 por Collor e que foi continuada pelos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso – foi um dos fatores que abriu o caminho para essa desindustrialização perversa. Em 1999, o PIB industrial representava apenas 25% do PIB total, uma queda para a metade em menos de duas décadas. Em 2019 o IBGE sinalizava para 22% neste índice. Caso se busque identificar as atividades estritamente manufatureiras no PIB – a chamada indústria de transformação – a perda de capacidade econômica instalada em nosso território também é bastante expressiva. A série histórica iniciada em 1948 aponta para o crescimento a partir da década de 1950, com o período do segundo governo de Getúlio Vargas e o de Juscelino Kubitschek. Em seguida, à época do milagre econômico da ditadura militar e a fase do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), essa participação atinge seu pico, em torno de 27%.

Esse é o longo processo em que o Brasil deixa de ser um país agrícola para se converter em uma nação industrial. É o chamado período de substituição de importações e de internalização de um importante setor de produção de bens de capital. (AEPET, 2020, <https://aepet.org.br/w3/> - Acessado em 04 de Abril 2022).

Isto também está apresentado no gráfico 2, de transformação no PIB (%) sobre a economia do Brasil que segue:

Gráfico 2 – Indústria de transformação (% no PIB a preços básicos) /Brasil



Nota: Série compatibilizada para o SCN Ref. 2010 do IBGE com correções das quebras

Fonte: IBGE

O gráfico deixa nítido que setores manufatureiros perderam espaço na composição do PIB brasileiro no decorrer das décadas (com quedas relevantes e notáveis); o progresso que tinha sido alcançado desde a era Vargas e prosseguiu com a era JK, depois com a modernização conservadora nos governos militares

praticamente colapsou após 1980. Desta forma a economia do Brasil encontra-se a 4 décadas estagnada, sem perspectiva de uma retomada das atividades manufatureiras e com fortalecimento de suas atividades voltadas para exportação de commodities agrícolas, pecuária e mineração – setor primário da economia.

2.1 Indústria no Estado de São Paulo

A consolidação do complexo cafeeiro em São Paulo não se deu do dia para a noite, foram necessárias uma série de medidas a serem construídas, como as mudanças nas formas de produção do capitalismo, que substituiu a mão de obra escrava, por trabalho assalariado. A seguir, vemos como W. Cano (2007) interpreta e, bem, toda esta evolução transformadora do café. Assim,

Colocada a ideia de complexo, que dentre seus componentes conta com uma atividade que é a principal e predominante, como a do café, cumpre em seguida apresentar os componentes do complexo cafeeiro bem como mencionar algumas das principais variáveis, que sobre ele atuam. Destaco, entre seus principais componentes: a atividade produtora do café; a agricultura produtora de alimentos e matérias-primas, vista em dois segmentos: o primeiro, representado pela produção desenvolvida dentro da área da propriedade cafeeira, quer como cultivos intercalados, quer como produção elaborada em terras cedidas pelo proprietário aos trabalhadores do café; o segundo, pela agricultura que produz essencialmente para o mercado, operando fora da propriedade cafeeira; a atividade industrial, que, em função do objeto de análise, deve ser vista também, em pelo menos três segmentos: um, representado pela produção de equipamentos de beneficiamento de café; outro, pela importante indústria de sacarias de juta para a embalagem do café, e o terceiro, representando os demais compartimentos produtivos da indústria manufatureira, entre os quais, – notoriamente se destaca o têxtil; a implantação e desenvolvimento do sistema ferroviário paulista; a expansão do sistema bancário; a atividade do comércio de exportação e de importação; o desenvolvimento de atividades criadoras de infraestrutura – portos e armazéns, transportes urbanos e comunicações – bem como daquelas inerentes à própria urbanização, como o comércio, por exemplo; finalmente, a atividade do estado, tanto do governo federal como do estadual, principalmente pela ótica do gasto público. Além dos elementos acima, destaco as seguintes variáveis: o movimento imigratório; a disponibilidade de terras; os saldos da balança comercial com o exterior e com o resto do país; o capital externo; e por último, as políticas tarifária, monetária, de câmbio, e as políticas de defesa e valorização do café. O inter-relacionamento dos componentes e das variáveis que atuam no complexo cafeeiro, será apresentado, na medida do possível, em termos dos seguintes efeitos: efeitos redutores dos custos de produção; efeitos ampliadores do nível da produtividade; efeitos ampliadores do excedente; efeitos ampliadores e diversificados do investimento; efeitos ampliadores do mercado (. (CANO, 2007, p. 28-29).

A gênese da industrialização em São Paulo tem suas origens em meados do final do século XIX para início do século XX, em decorrência da diversificação dos capitais obtidos, da eficácia e da amplificação cafeeira, como já foi mencionado anteriormente, e por meio da mão de obra de imigrantes europeus, principalmente italianos, alemães e suíços através de mão de obra assalariada - devido ao fato de ser,

e se encontrar o país em um processo vigente de revogação a execução da mão de obra de cunho escravista noutra modalidade necessária ao mecanismo de reprodução ampliada do sistema econômico.

Outro fator que possibilitou desenvolvimento da economia cafeeira foi devido ao fato de suas terras localizadas na porção oeste do estado de SP, serem extremamente férteis, diferentemente da porção leste, onde se concentra a região do Vale do Paraíba.

Isso ocasionou uma transferência em meados de 1870 da concentração de produção de café no Oeste Paulista em relação ao Vale do Paraíba; foi em meados dessa década que cidades como Botucatu, que é nosso objetivo de estudo, deu seus primeiros passos no campo da industrialização, por meio dos primeiros Imigrantes italianos que chegaram a essa região para trabalhar nas lavouras de café, e outros imigrantes que viram nesse lugar, a possibilidade de empreender a formação de uma indústria em possível fase de expansão..

Outro fator determinante para o sucesso da indústria paulista foi o desenvolvimento da estrada de ferro, que teve seus maiores períodos de crescimento entre as décadas de 1870 e 1880. Essa geografia da circulação e dos transportes, além de facilitar, diminui os custos, os custos logísticos, inclusive com maiores carregamentos, que antes eram realizados pelos carros de boi até os portos e embarques

W. Cano aponta a importância de tais mudanças com a estrada de ferro, assim:

Essa expansão ferroviária, entretanto, concorreu com o antigo sistema de pequenos portos fluviais e marítimos e com suas rodovias, praticamente tornando-os sem utilização econômica. O mesmo ocorre com a rede de armazéns existente junto a esses portos. Como se vê, parte dos efeitos positivos gerados pelos investimentos ferroviários na região, foram em parte anulados pelos efeitos decorrentes da desutilização de parte da infraestrutura preexistente.—No entanto, a estrada de ferro teve um destino diferente no território paulista em relação a outras regiões do país, resultando em maior eficácia para o poderio de acumulação capitalista do complexo cafeeiro. A acumulação e rentabilidade dos negócios do café tornaram um grande alicerce, no começo para alavancar seu desenvolvimento da produção, junto com a ferrovia, acaba atuando como um dos principais pilares do transporte até 1930, porém continuaram suas atividades com êxito e rentabilidade, devido ao fato, concederem seus ofícios ao mais avançado sistema econômico capitalista do país. Essa dinâmica da circulação dos transportes com as ferrovias fora objeto de análise de W. Cano e aponta o autor o seguinte:

Das vinte ferrovias existentes em 1910, em São Paulo, apenas duas eram de propriedade do governo federal, uma do governo estadual, uma do capital estrangeiro, e as restantes 16 de propriedade nacional privada, destacando-se entre estas a Mogiana e a Paulista. Até 1876, antes do início da expansão do plantio que vai até 1883, a Mogiana e a Paulista, juntas, totalizavam apenas

200 km de penetração além de Jundiaí; quando se inicia a nova, expansão de plantio, em 1886 essas duas estradas (...) já haviam penetrado 611 km, e ao final dessa expansão (1897) já contavam com mais de 1.600 km. Além de outros, os fazendeiros de café foram os grandes organizadores e investidores da maior parte das ferrovias paulistas, e, principalmente da Mogiana e da Paulista (CANO, 2007, p. 59).

No período anterior a esse processo desenvolvimentista, os barões do café, tentaram embarcar no setor industrial, porém não foram bem sucedidos, resultando em perdas de suas unidades fabris de produção. Todavia, dada sua aptidão empreendedora, obteve-se certo grau expressivo no que diz respeito ao desenvolvimento da logística da estrada de ferro, a inclusão dos imigrantes na produção nas fazendas cafeeiras e a implementação da rede bancária, porém a queda do preço do café (com a crise de 1929 do capitalismo central) e crise advinda da Primeira Grande Guerra (1914-18) resultaram no declínio da tentativa industrial da elite cafeeira paulista e somente tomou novo rumo com a Revolução de 1930, com Getúlio Vargas.

Os imigrantes inseriram-se na economia cafeeira paulista no final do século XIX, como: 1) colonos, com capacidade produtiva e de consumo superior aos escravos; 2) pequenos negociantes artesanais e comerciais; 3) grandes comerciantes, exportadores de café ou importadores. Esses imigrantes com capitais modestos levantaram grandes impérios industriais. Em 1935, eles detinham a maioria das indústrias paulistas. (Mamigonian, 1976).

Os paulistas já haviam ultrapassados os cariocas na atividade industrial entre os anos de 1907 e 1919 em um momento onde se conseguiu um elevado patamar somatório, desenvolvendo superiormente em relação ao resto do país; e entre 1919 e 1929 a indústria no estado de São Paulo passou a agregar distintos segmentos de bens de produção procurando recepcionar toda a demanda do mercado nacional.

A substituição de importações por produtos fabricados no país expandiu a indústria, além do ramo têxtil e alimentício, o campo industrial passou a agregar setores de maior complexidade como metalúrgico, químico, plástico, material de transporte, mecânica e material elétrico, fato que ocorreu, principalmente durante o período da Primeira Guerra Mundial. Vejamos:

A queda das importações, porém, que foi outra consequência da guerra, refletiu-se de forma benéfica sobre a produção manufatureira, pois levou a

suprir as necessidades do mercado interno, que não podia mais se abastecer nos seus tradicionais fornecedores. Um estudioso da história nacional escreve a tal propósito: "A guerra deu uma noção de tempo ao processo de industrialização; assegurou às empresas novas um monopólio do mercado nacional e trouxe com ele a possibilidade de entrar nos mercados estrangeiros; ela forçou o desenvolvimento nacional, em virtude de as importações terem sido restringidas". Outro autor salienta tal processo com estas palavras: "Foi devido às dificuldades encontradas durante a guerra para a importação de artigos manufaturados que os brasileiros decidiram explorar o grande número de indústrias; e o resultado foi o Brasil começar a produzir muitos artigos de primeira necessidade. O Estado de São Paulo e a Capital da República tornaram-se, como consequência da guerra, grandes centros de produção industrial" Por isso, um escritor francês acha que, com os efeitos da guerra, "no Brasil, sobretudo, é quase uma revolução econômica que se prepara". (LIMA, 1970, p. 328).

Para Mamigonian (1976), vários fatores pesaram a favor de São Paulo e todos eles associados à imigração europeia, como: o maior número de empresários, a mão de obra mais preparada e o mercado mais amplo e sólido, que possibilitou este a buscar novos mercados.

Desde a Primeira Guerra Mundial os grupos paulistas industriais da época como (Votorantim, Matarazzo, Jafet, entre outros), concentraram suas produções voltadas para o ramo têxtil. No entanto, entre as décadas de 1920 a 1950, diversificaram suas atividades industriais, empreendendo em outros setores como: cimento, siderurgia e químico. O grupo Votorantim se tornou o maior fabricante de cimento do Brasil. Possuíam unidades fabris que iam desde os estados do Rio Grande do Sul até o Ceará, além de operar no ramo metalúrgico produzindo (alumínio, aço, níquel e zinco). Os Matarazzo investiram em setores como alimentício, têxtil e químico, com produção de cimento e alguns materiais de construção civil; os Jafet dedicaram a indústria de extração de celulose, adquirindo fábricas como a Klabin que possui unidades desde do interior paulista na cidade de Limeira até o Sul do país.

Outro fato primordial para o desenvolvimento da indústria paulista foi a criação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), criada durante a gestão de Vargas na presidência da República.

Em 1939, os líderes industriais conseguiram a permissão para montar uma sociedade civil associada à Federação. Assim voltava à ativa, em 1942, o Ciesp, como sociedade civil vinculada à Fiesp, com as finalidades originais de 1928 adaptadas ao momento

(fiesp.com.

<https://www.fiesp.com.br/sobrefiesp/historia/#:~:text=Nos%20anos%201930%2C%20o>

[%20ent%C3%A3o.de%20S%C3%A3o%20Paulo%20\(Fiesp\)](#) (acessado em 9 de agosto 2021).

Atualmente, a Fiesp concentra suas pautas no enfrentamento das barreiras pela concorrência brasileira no cenário mundial da indústria, por meio de requisições que têm por objetivo, a redução de gastos e combate à desestruturação da indústria no Brasil. Mas o nexos causal da indústria perdeu-se seu eixo axial e grande parte dos industriais cuidam apenas de suas tesourarias e do mercantidade.do financeiro de curto prazo. A indústria já é um movimento secundário dos empresários e financistas da FIESP e seus dirigentes – caso emblemático é do Paulo Skaf - como dirigente máximo dessa entidade tempos atrás (não produz sequer um parafuso!).

O estado de São Paulo, foi essencial para todas essas implementações da indústria, pois reunia condições excepcionais de infraestrutura básica (ferrovia, rodovia e eletricidade, entre outros). Além, de ter acumulado capital necessário durante o período cafeeiro, possibilitando o acatamento e consolidação da indústria no seu território.

No início dos anos de 1930, devido aos acontecimentos anteriores como a grande depressão econômica (queda da Bolsa de 1929 nos EUA), com reflexos e o colapso do sistema cafeeiro em que se alicerçava a um mercado agroexportador, principalmente para Estados Unidos e Europa, todos esses fatores contribuíram de forma significativa, para um novo modelo de segmento econômico que substituísse o latifúndio agroexportador; esse caminho foi designado pela indústria, que veio a assumir o papel das exportações/importações modificando a função que correspondia ao café e a agricultura comercial em geral.

Nas décadas seguintes, de 1930 a 1980 ocorreu a grande migração para os centros urbanos (o famoso êxodo rural), concentração de mão de obra (operários), para trabalhar nesse recém-modelo formado (indústria), de diversificados ramos, como têxtil, metalúrgico, químico, alimentício entre outros.

Conforme, W. Cano salienta este novo ciclo dinâmico da economia nacional dos anos 1930:

A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação, do setor agroexportador para o industrial. Desarticulando o comércio exterior, isto causaria forte reversão no abastecimento interno: as restrições às importações forçariam a periferia nacional a importar, agora, produtos manufaturados de São Paulo; este, por sua vez, deveria, crescentemente, importar mais matérias-primas e alimentos de outros estados. Passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia, nada mais restava do que se ajustar a

uma função complementar da economia de São Paulo, embora mantendo ainda sua antiga dependência do exterior, através de suas exportações tradicionais (CANO, 1998, p. 63)

Na visão de Cano (1998), entre os anos 1933 e 1939, assistimos a um surto industrial no país, com taxas de crescimento da ordem de 11,2% ao ano, bem superior à taxa média anual de 5,7% verificada no período de 1919-39. Já entre 1939 e 1949, a indústria brasileira crescerá a um ritmo médio anual de 7,8%, com taxas bastante expressivas nos segmentos produtores de bens intermediários (10%) e de bens de capital e de consumo duráveis (9,3%), e ainda altas taxas na de bens de consumo não-duráveis (6,7%), superior à verificada no período de 1919/1939 e muito acima da taxa de crescimento populacional.

Entretanto, a partir dos anos 1950, com a instalação da indústria automobilística no ABC paulista, na Grande São Paulo, intensificou-se essa atividade no estado, pois junto a indústria automobilística, vieram as metalúrgicas e as indústrias auxiliares das automobilísticas, ou seja, as que forneciam matérias primas, peças para essas montadoras, resultando num aumento do censo demográfico no estado, que atraiu imigrantes de outras regiões e estados do Brasil, principalmente oriundos da região Nordeste para suprir essa demanda de trabalho.

Contudo, até 1955 as indústrias no Estado de São Paulo eram comandadas, quase que praticamente pelos grandes empresários paulistas, na maioria das vezes, de origem imigrante (principalmente italiana). Porém, em décadas pós 1930, surgiram novas características vinculadas ao processo industrial, como o aparecimento de indústrias estatais e o aparecimento das indústrias estrangeiras (multinacionais).

Para efeito demonstrativo, a Figura 3, mostra uma linha de montagem do VW (produção do Fusca) durante o início décadas da década de 1950 em São Bernardo do Campo no ABC paulista.

Figura 3 - Linha de Montagem da Volkswagen nos anos 50



(Fonte: Gasolina na Veia) Acessado em 15 de Janeiro de 2022

A escolha por São Bernardo da fábrica da Volkswagen, como está representado na Figura 3, foi estratégica; a cidade possuía grandes terrenos a baixo custo, ficava próxima das fábricas já instaladas na capital e tinha fácil acesso à via Anchieta, que conectava o município ao porto de Santos, donde chegavam os componentes importados. A consolidação da "capital do automóvel" aconteceu três anos depois, com a inauguração da fábrica da Volkswagen em um terreno com 1,6 milhão de metros quadrados no km 23,5 da via Anchieta. Da fábrica da Volkswagen-Anchieta saíram o Fusca (oficialmente VW Sedan, mas cujo apelido virou nome próprio no Brasil), a Kombi, o SP2, entre outros. (Folha Uol, 2017) <https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/morar/2017/05/1887849-sao-bernardo-atraiu-montador-as-e-foi-capital-do-automovel-nos-anos-1950.shtm> em 3 de outubro 2022.

Já na década de 1960, a economia entrou em recessão, devido a crises internas ligadas a política, resultado dos períodos anteriores a esse momento. Ainda assim, o sistema econômico paulista volta a se expandir (num sistema visto pelos economistas como gangorra ou "stop and go"); em meados de 1973, momento este que ficou conhecido como do "milagre econômico" (ou "milagre brasileiro"), em razão do progresso exercido nas bases do campo industrial, resultado do aperfeiçoamento e evolução tecnológica e da inserção de empresas multinacionais no sistema econômico

nacional com endividamento externo e dependência tecnológica. O que acarretou estrangulamentos internos.

As exportações, fruto das commodities, pecuária e mineração, desempenharam um papel significativo no PIB, além dos manufaturados em geral - porém não em patamares de países industrializados, que são desenvolvidos ou estão em processo de desenvolvimento como os países da Ásia, China e Coreia do Sul -, onde o Estado fortaleceu sua participação na Indústria e outros setores da economia, como agronegócio e comércio exterior. Porém essas atividades do agronegócio resultaram em uma abertura para as transações estrangeiras ligadas com a produção automobilística, como máquinas agrícolas (tratores pulverizadores, carregadeiras e empilhadeiras) entre outros segmentos industriais. O deslocamento industrial no interior paulista ocorreu durante os anos 1970, por meio de investimentos obtidos do governo federal, com o objetivo de criar um descentramento das regiões industriais concentradas (capital de SP, entorno da macro metrópole paulista), e desenvolver outras regiões brasileiras.

Nas palavras de Negri (1988), os capitais aplicados foram: a) na área de refino e petroquímica (em Paulínia e São José dos Campos); b) implantação a partir de 1975 do Proálcool, fortemente concentrado nas regiões da Campinas e Ribeirão Preto; c) consolidação do parque petroquímico e do siderúrgico da Cosipa em Cubatão; d) implantação do complexo aeronáutico para fins civis, militares e indústrias de material bélico no Vale do Paraíba; e, d) a concentração de institutos de pesquisas e empresas estatais no setor de telecomunicações e microeletrônica em Campinas. Além, da formação dos CAI 's (Complexos Agroindustriais).

Deve-se salientar, também, os incrementos realizados pelo governo estadual na construção de modernas rodovias como a Castelo Branco, Bandeirantes e Imigrantes, e na ampliação das vias Anhanguera e Washington Luiz. A dinâmica do crescimento econômico do interior paulista, entre 1975-1985, deve ser entendida pela criação desses projetos de desenvolvimento expandindo a malha viária e toda a logística modal.

A técnica aplicada de interiorização das indústrias no interior paulista sofre um impasse a partir da metade da década de 1980, em razão dos reflexos da instabilidade econômica internacional (crises do petróleo, 1973 e 1979) e também a crise interna (a política inflacionária, endividamento externo crescente, em seguida, aceitação passiva

às políticas neoliberais do Consenso de Washington de 1989, agravando mais ainda as crises do país), e a década de 1980 acabou ficando conhecida como a década perdida.

Todos esses fatores juntos, abordados acima, contribuíram para um processo de enfraquecimento nos projetos de desenvolvimento econômico nacional e a continuação da descentralizado em relação a região metropolitana do estado de São Paulo.

No cenário atual da indústria, a concentração industrial no território paulista, ainda percebe-se está concentração, principalmente na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), seguida logo depois pela região de Campinas, São José dos Campos, São Carlos e por algumas manchas localizadas na região de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Bauru e Marília (Mourão, 1994), como é o caso de Botucatu, onde concentram indústrias dos ramos: metalúrgico, mecânico, celulose e montadoras de carrocerias de ônibus (entre elas a Caio Induscar) e de fabricação de aviões de pequeno porte para atividade agrícola. Mas a configuração da desconcentração industrial em todo território brasileiro, não só paulista. São elucidativo.

Conforme Perrin (2020), atualmente o estado paulista representa sozinho quase um terço do PIB industrial nacional. Em relação ao PIB estadual, a contribuição industrial fica por volta de 21%, seis pontos abaixo da pontuação que possuía no ano de 2006. Esse ocorrido é resultado do grande processo de desindustrialização que vem ocorrendo no país desde 1980, porém, durante os governos petistas, algumas medidas e pequenos passos em direção ao desenvolvimentismo industrial e tecnológico, no entanto, foram paralisadas após o golpe de 2016.

De novo, volta-se com força a ideologia macroeconômica neoliberal, fruto da retomada das políticas neoliberais que voltaram a serem exercidas com força no governo Temer (2016) o receituário da “Ponte para o futuro” (estabelecido no manual para o golpe parlamentar-midiático-judiciário) e continuado, com mais profundidade, no governo Bolsonaro (2018). Lembramos que o receituário neoliberal no centro do sistema capitalista já foi deixado de lado, mas aqui, nas plagas do Brasil, continua vigente pelas mãos de Paulo Guedes, ministro de estado do governo Bolsonaro, um velho preposto do mercado financeiro com ideias velhas e fora do lugar.

Descendo para o lugar de análise, a cidade de Botucatu e a Caio Induscar, empresa do segmento Industrial automobilístico, percebe-se que a mesma acaba sofrendo com esses impactos da macroeconomia, pois a maneira que o neoliberalismo se propaga na economia brasileira impossibilita a reintegração de empresas nacionais

no campo industrial e interfere no seu desenvolvimento, em sua relação oferta-demanda, seu mercado potencial. Devido ao fato de gerar sucessivas crises, que afetam diretamente em sua produção e vendas, e são ocasionadas pela retomada da semi-estagnação gerada no pós-golpe de 2016 do Governo Dilma. Um movimento pendular de “stop and go” que atrapalha os negócios da microeconomia empresarial por falta de credibilidade, previsibilidade, estabilidade, razoabilidade nos/dos fatores produtivos e na macroeconomia em geral.

2.2 Escolha Locacional da Indústria (caso da Caio Induscar)

Toda escolha locacional está diretamente ligada com o fator de previsão sobre o desenvolvimento futuro da região que vai além de questões econômicas globais.

Os fatores locacionais e, que são determinantes para a escolha da melhor posição geográfica estratégica, depende das seguintes situações e partem da lógica de como está inserida a macro e a micro localização: os melhores custos, benefícios oferecidos por determinada região que a indústria pretende se instalar; o fornecimento de energia e matérias primas; vantagens econômicas, com custos relacionadas ao transporte (rodovias importantes, ou rodovias que fazem intersecção com a indústria, facilitando o escoamento-da produção; mão de obra profissionalizante e especializada e incentivos fiscais (redução ou ausência de impostos) sejam eles federais, estaduais ou até mesmos municipais.

Tais fatores acima, vistos pelo empresariado da indústria que se pretende instalar em determinado local, futuramente, proporcionará, um crescimento e desenvolvimento econômico daquela dada região por meio dos empregos gerados diretamente para os trabalhadores daquela fábrica, e, junto a essa fábrica podem se instalar firmas auxiliares dessas indústrias (empresas que fornecem ,peças, material), gerando mais empregos, como é o caso da indústria brasileira de plásticos (Inbrasp) que fornece os material plásticos para os ônibus da Caio e é responsável por fabricar os painéis de ônibus da empresa. Tais empresas-auxiliares acabam construindo junto a empresa-mãe um multiplicador econômico, (economia de escala e aglomerativa), pois geram mais empregos em torno da Indústria que se instalou naquele local e também acabam acarretando um giro econômico na economia local, por meio do setor terciário

(comércio e serviços da cidade), bem como a demanda maior por mão de obra especializada.

Pensando nisso, M. Santos trata a escala regional e sua funcionalidade, ainda que de forma transitória numa dada temporalidade específica, ao afirmar o seguinte:

As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome. [...] Mas o que faz a região não é a longevidade do edifício, mas a coerência funcional, que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. O fato de ter vida curta não muda a definição do recorte espacial. [...] As condições atuais fazem com que as regiões se transformem continuamente, legando, portanto, uma menor duração do edifício regional (SANTOS, 2002, p. 246-247)

Com a Caio Induscar não foi diferente das afirmações que foram feitas acima, ela se localiza próxima da Rodovia Marechal Rondon (SP 300), quilômetro 252, o que facilita sua logística operativa, tanto quanto no escoamento da produção, como da entrada, de matérias primas (o chamado “input output”); outro fator determinante e que foi essencial para sua escolha locacional, geográfica e espacialmente (bem mais o aspecto geomorfológico), é que o trecho em que a indústria se instalou é terreno de planalto (com certo grau de elevação), o que evita inundações em períodos de chuvas.

Em países, com grande índice de industrialização, nota-se uma dinâmica locacional voltada para organizações empresariais constituídas por vários estabelecimentos em diversas localizações, isso acarreta também, uma transferência de pessoas de uma região, com grande mão de obra para outra, criando-se novos mecanismos de produção e meios variados de trabalhos.

Isto que foi dito acima, também ocorre com a CAIO com firmas-auxiliares, fornecedoras de borracha, caso da TEC BOR LTDA, da cidade de Rio Claro/SP e que instalou uma fábrica nos arredores da CAIO, para facilitar a logística e encurtar os tempo de produção já estudado e conhecido da geografia econômica e da geografia da indústria, em geral.

2.3 Impacto dos serviços educacionais e técnicos na indústria de Botucatu

Na cidade de Botucatu já existe a escola industrial Dr. Domingo Minicucci Filho (Etec) desde 1936 (Industrial Botucatu, 2018). A grande conquista veio em 1975 quando ocorreu a formatura da primeira turma de “técnicos em mecânica e eletrônica”. Hoje em dia, a escola conta com 10 cursos técnicos, além do ensino médio. Os alunos do ensino médio podem ter a oportunidade de aprender conceitos técnicos e que podem fazer parte do futuro emprego.

Além da Etec, Botucatu também conta com uma Faculdade de Tecnologia (Fatec) desde o ano de 2002. Atualmente essa instituição oferece os cursos de ensino superior: agronegócio, análise e desenvolvimento de sistemas, logística, produção industrial e radiologia, totalizando aproximadamente 1400 alunos (Via tecnológica, 2019). Já foram formados na Fatec mais de 2000 tecnólogos, hoje espalhados pelo Brasil. Entre as possibilidades de emprego estão a Caio Induscar, Eucatex, Embraer, Irizar, Duratex (Grupo Dexco Brasil), entre outras empresas que são auxiliares dessas grandes corporações e essa mão de obra habilitada por essas instituições, ou seja, os técnicos e tecnólogos são contratados para aplicar seus conhecimentos na área de produção, logística ou administração das empresas.

A cidade de Botucatu também conta com um Serviço Nacional da Indústria (SENAI) (vide Figura 4) que possui diversos cursos técnicos, cursos de aprendizagem industrial, e cursos de formação continuada (para jovens e adultos que visam qualificação, requalificação e especialização).

Figura 4 - SENAI da cidade de Botucatu



Fonte: acontece botucatu.cbr, ano 2021

Tendo apresentado essas três instituições de ensino é preciso dizer que por meio do ensino proporcionado nessas instituições, os alunos e futuramente

trabalhadores, recém-formados, possuem alto engajamento (demanda) nos planos de empresas como a Caio Induscar empresa com importante presença na cidade em tela.

A proposta de pesquisa é analisar como essas instituições de ensino impactaram a vida de pessoas que se encontram no mercado de trabalho através de um curso profissionalizante (realizado numa dessas instituições), principalmente, aqueles voltados a trabalhar na CAIO Induscar e, como, a ausência de novos investimentos no setor industrial, tanto de partes dos investimentos públicos (nas várias escalas de governos), bem como novos investimentos privados, - não realizados -, impactaram negativamente no cotidiano laboral das pessoas e da empresa. E para realização dessa pesquisa, um questionário de forma anônima foi utilizado com ex-funcionários e da empresa onde eles expressaram seu ponto de vista em relação a empresa e a importância do ensino técnico ligados a ela, bem como, a importância da empresa para cidade e sua região e a relação da empresa com o cenário atual de desindustrialização e a situação econômica do país (muitas vezes sequer perceptível pelos entrevistados).

Na sequência apresentamos o “questionário” e o rol de questões, bem como as respostas adquiridas e, em seguida, o nosso crivo da análise:

1- Quanto tempo você trabalhou na Caio?

2- Como você entrou na CAIO Induscar? Através de alguma Modalidade de Curso?

3- Você acha que a Caio é uma empresa importante para a Região de Botucatu? E seus projetos, você acredita que contribuem para sociedade e jovens, futuramente no mercado de trabalho?

4- Você acredita que o processo de desindustrialização que o Brasil vem atravessando a décadas, interfere nas políticas internas da CAIO induscar? E geram as mesmas sucessivas crises?

5- Na as visão, o modo como está sendo conduzido as políticas industriais, interferem na economia e na Política da Caio?

6- Você acha que os últimos presidentes eleitos fizeram algo para atribuir a economia industrial e como essas políticas? auxiliaram e ajudaram a Caio?

Sobre a questão número 1, de acordo com os entrevistados 1, 4, 6, e 8 o tempo em que trabalharam na empresa foi de aproximadamente 2 a 3 anos e os

entrevistados 3, 5 e 7 de 6 meses a 1 ano e os entrevistados 2 e 9 foram de 8 e 9 anos.

Na questão dois as repostas dos entrevistados 1, 3 e 8 foram através de cursos de desenho técnico mecânico concluídos no Senai e 2 e 4 pelo curso de automação e elétrica cursados na Etec, já os entrevistados 5, 7 foram por indicação de outros colegas e os 6 e 9 foram por processo seletivo da empresa na época que estavam precisando de mão de obra na produção, porém estando lá dentro tiveram que cursar alguma modalidade de curso para especialização na mão de obra principalmente de soldagem mecânica, torneiro mecânico e montagem de carroceria de ônibus e estes cursos foram realizados no Senai.

Em relação a pergunta 3, todos os entrevistados responderam que sim e que a empresa tem influência tanto para sua cidade, quanto para cidades vizinhas, pois grande parte de seus funcionários são de cidades vizinhas e isso acaba influenciando na economia dessas cidades também através dos tributos pagos e, em relação aos jovens todos acreditam que sim, que muitos dos jovens que estão vinculados a algum programa da CAIO, como o jovem aprendiz acabam aprendendo uma profissão, e conhecimentos técnicos através de algum curso e embarcando no mercado de trabalho.

Na questão quatro a resposta dos entrevistados 1, 3, 7 e 8 eles acreditam que não interferem e não existe crise; os entrevistados 2, 4 e 9 acreditam que qualquer decisão relacionada as políticas do país podem interferir na empresa, pois se uma decisão afeta seu mercado está diretamente ligado à demanda, seu mercado consumidor tanto nacional como o internacional; o entrevistado 6 acredita que a Caio já passou por diversas crises, porém hoje está conseguindo caminhar, já o 5 não soube responder, porque falou que está por fora do cenário político econômico atual.

No que se refere a pergunta cinco as respostas dos entrevistados foi sim para os entrevistados 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 9, não para o 6.

No que diz respeito a pergunta 6, as respostas dos entrevistados 1, 2, 3, 4, 7 foi sim, sobre o atual governo de plantão, o 5 não soube responder e os entrevistados 6 e 9 não e na resposta do 9, nenhum dos últimos presidentes fez alguma coisa pela indústria automobilística do Brasil, por isso as montadoras estrangeiras estão deixando o país.

Observações:

1ª. observação: O que fica bem claro ao entrevistar esses ex-funcionários, é notamos que os operários que trabalharam na Caio Induscar, não permaneceram por longos períodos de anos, com exceção dos entrevistados 2 e 9, que mesmo assim não chegaram a completar 10 anos de empresa.

2ª. observação: Através desses relatos chegamos a conclusão que a especialização e mão de obra é essencial para que se consigam bons profissionais dentro dessas empresas do ramo industrial; notamos que a grande maioria dos operários que fizeram parte do corpo de funcionários da Caio entraram através de alguma modalidade de curso e os que não entraram tiveram que se especializar em técnicas de trabalho através de alguma modalidade de cursos oferecidos por algumas das instituições existentes na cidade, caso do SENAI

3ª. observação: Através da resposta de todos os entrevistados notamos que todos têm o mesmo o ponto de vista de que a CAIO influencia, tanto em Botucatu, como as cidades vizinhas e impacta positivamente na vida dos jovens através de seus programas e cursos visando que esses jovens quando atinjam a maioridade já tenham uma profissão.

4ª. observação: Notamos que a maioria dos ex-funcionários entrevistados concordam na visão sobre o cenário da empresa e político, que não existe crise, e entra em contradição com a atualidade da situação em que a indústria nacional vem passando nos últimos 40 anos, devido a adoção das aberturas comerciais para importação e as políticas neoliberais.

5ª. observação: Na visão da maioria dos entrevistados interferem, devido ao fato de que qualquer alteração nas tomadas de decisões no campo político-econômico por ser uma empresa que depende do setor público, principalmente por fabricar ônibus para o transporte coletivo, se há uma mudança nas políticas de transportes, corte de verbas direcionadas a essa esfera, afeta a empresa e seu corpo de funcionários que dependem desse emprego.

6ª. observação: A maioria concordou que sim, porém contradiz todo o circunstancial da indústria brasileira dos últimos anos como foi citado acima, devido a adoção das políticas neoliberais, abertura para importação o que resulta em enfraquecimento das indústrias nacionais, em razão da ausência de um poderoso setor de ciência e tecnologia (pesquisa e desenvolvimento) interno atrelado à indústria

nativa impactando setores industriais que demandam tecnologia disponível e necessárias a alavancagem da competitividade da indústria brasileira setORIZADA e em conjunto. Também, pelo grande investimento do governo atual na produção do agronegócio, commodities, produtos que não agregam valor tão elevado quanto produto transformado manufaturado, produzido internamente câmbio, e outros preços macroeconômicos danosos e desfavoráveis à indústria nacional no seu conjunto.

Resultados Finais:

Nossa pesquisa foi feita de forma investigativa (estudo de caso da Caio Induscar) sobre a importância da indústria para Botucatu e sua região; além disso, buscamos entender como o investimento das empresas em tecnologia e mão de obra especializada contribuem para a geração de empregos, e se esses investimentos feitos pela empresa podem contribuir com a sociedade, como efeito multiplicador a jusante e a montante. Outra questão que perseguimos é se o processo de desindustrialização que o Brasil atravessa, já algumas décadas, afetou diretamente a Caio Induscar. Os dados dessa pesquisa (e estudo investigativo) foram obtidos por meio de entrevistas e questionários com ex-funcionários da empresa, como ficou comprovado acima.

Pelos dados e o olhar da geografia econômica e industrial tentamos desnudar através dos colimados da pesquisa, buscar compreender quão o setor industrial, de forma qualitativa/quantitativa, contribui positivamente para o arranjo do tecido urbano e social em termos de composição da renda do trabalho para esse município em tela.

Mas, já é sabido de antemão, dada as dificuldades de cobrir com mais afeição outros trabalhadores da Caio Induscar, nossa pesquisa poderia ir mais adiante com mais esclarecimentos, mas isto já fica para outro patamar investigativo dado a exiguidade do tempo necessário posto ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2.4 Ainda sobre a desindustrialização brasileira

O processo de desindustrialização não é exclusivo do Brasil, outros países também estão passando por esse problema, porém grande parte desses países que vem se desindustrializando, já possuem uma economia industrial fortalecida, como é o caso dos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha. O Brasil é um país de poupança média e um país em um estágio de subdesenvolvimento e economia dependente, ou seja, seu processo de desindustrialização é precoce, pois não possui taxas de crescimento e desenvolvimento a níveis favoráveis para intensificar esse processo como vem ocorrendo nas últimas décadas em outras áreas geográficas de capitalismo avançado.

Os Estados Unidos e Europa Ocidental, países do hemisfério Norte, incentivam países como o Brasil, e outros da América Latina a adotarem políticas ortodoxas neoliberais para alcançar patamares de desenvolvimento econômico satisfatórios. No entanto, esses países só adotaram estas políticas ortodoxas e liberais, após uma forte intervenção do estado na economia, que ocorreu principalmente, no pós guerra durante os chamados "anos dourados". Nesses 30 anos (1950-80), onde se alcançou grande crescimento econômico com as políticas adotadas, mas pela influência do centro do sistema, na periferia, pelo contrário, são estimuladas a condições severas de liberalização econômica, privatizações e todas as condicionalidades das agências multilaterais controladas pelos ocidentais (FMI e Bird) - é um verdadeiro ferrolho econômico imposto às classes dominantes periféricas e seu desenvolvimento econômico.

O período compreendido entre o rompimento com a ditadura militar e a redemocratização no Brasil, marcam importantes acontecimentos, não apenas na esfera política, mas também em outros campos como o econômico; a dívida externa, o choque das duas crises do petróleo ocorridas, a primeira em 1973 e a segunda em 1979, marcam rompimentos com políticas desenvolvimentistas com poupança externa (com o objetivo de financiar a industrialização brasileira); políticas que não vinham apenas sendo adotadas no Brasil, mas em toda a América Latina. A ortodoxia convencional (com financiamento vindo da poupança externa, antes focada no investimento e depois, vai ser canalizada para o consumo depois dos anos 1980); tais políticas macroeconômicas passam a tomar conta do cenário econômico do Brasil, com

o neoliberalismo que vai desencadear ainda mais nas próximas décadas a partir do final dos anos 1980. Como sinaliza Bresser-Pereira com certa precisão:

Os maus resultados econômicos do Brasil nos anos 1990, evidenciados pela baixa taxa de crescimento, pelo grande aumento da dívida do Estado e do país – ou seja, da dívida pública e da dívida externa –, pelos altos níveis de desemprego, e, agora, pela nova crise de balanço de pagamentos, podem ser atribuídos a três ordens de fatos inter-relacionados: (1) o equívoco em relação à definição do problema maior a ser enfrentado pelo governo a partir de 1995. (2) o Segundo Consenso de Washington, de acordo com o qual, deveríamos nos desenvolver com apoio na poupança externa; e (3) a falta de consciência nacional de nossas elites, que, ao invés de aumentar seu grau de autonomia com a industrialização, diminuíram-no, ao buscarem reproduzir os padrões de consumo dos países desenvolvidos e particularmente dos Estados Unidos (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 365)

Ainda seguindo Bresser Pereira (2007), a lógica da ortodoxia convencional parte da ideia de atender aos interesses dos países ricos que aniquilaram o progresso econômico em setores estratégicos como da indústria, tecnologia em países de renda média como o Brasil, que são encarados como concorrentes. Desta forma, a ortodoxia convencional nada mais é que uma estratégia para manter países de terceiro mundo como o Brasil e a América Latina refém dos interesses imperialistas dos norte-americanos e europeus.

O desencadeamento de desindustrialização que a economia do Brasil vem enfrentando é nítido, e é resultado das políticas macroeconômicas adotadas nos últimos trinta, quarenta anos, em que se rompe as relações com o desenvolvimentismo (industrial) que vinha sendo implementado desde a Era Vargas até meados de 1970-80. Ou seja, há quarenta anos a economia brasileira encontra-se semi-estagnada, seguindo as políticas neoliberais sob pressão, vindas do Norte e adotando, como efeito, o fracasso do desenvolvimento nacional sem perspectivas de superação do subdesenvolvimento e de uma alavancagem no setor industrial, essencial para o desenvolvimento econômico, como ocorre em países ricos e desenvolvidos (Bresser-Pereira, 2007).

As medidas de desenvolvimento adotadas durante o período “desenvolvimentista” (1930-80), partiam da ideia em priorizar a indústria nacional, por meio de relações direcionadas ao âmbito de regulamentações estatais e estatização de setores que eram considerados estratégicos à época como, os ramos da mineração, petrolífero e energia, entre outros (Bielschowsky, 2004) Este aporte fica bem

delineado no texto que segue abaixo quando se trata do desenvolvimento econômico como equação e condição necessária a atingir patamares positivos na economia produtiva, no bem estar social e outros aspectos da vida nacional. Assim:

O processo de desenvolvimento econômico ocorre quando há acumulação de capital associada ao aumento da produtividade, o qual implica elevação da renda per capita e melhoria dos padrões de vida da população. Tal elevação decorre do direcionamento da produção para os setores que geram maior valor adicionado por trabalhador, que corresponde ao indicador mais amplo dessa produtividade. Esses setores são aqueles que produzem bens e serviços mais sofisticados e, assim, demandam trabalhadores mais qualificados que são mais produtivos, requerem maiores salários e, por consequência, agregam mais valor ao processo de produção. A reorientação da produção na direção desses setores que geram maior valor adicionado por trabalhador é chave para o processo de desenvolvimento econômico. (MARCONI, 2015, p. 31)

Nas palavras do autor acima, salienta-se sobre a indústria ser o principal precursor do desenvolvimento econômico, alinhado com políticas de estado que incentivam a industrialização através de investimentos (estado subsidiar indústrias nacionais), contribuindo para o progresso da indústria nacional e aumentar a competitividade no mercado a nível mundial. Diz o autor tal observação que se segue:

[...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista (FONSECA, 2015, p. 40)

Deste modo, no decorrer da supremacia desenvolvimentista, nota-se que as políticas de cunho macroeconômico eram favoráveis ao processo de industrialização brasileiro. Porém, o que se vem notando desde 1980, são fatores que comprovam que as políticas macroeconômicas adotadas, têm por objetivo, controlar a hiperinflação, resultando em perdas direcionadas ao âmbito de políticas industriais. Nota-se, que o campo industrial brasileiro, vem perdendo cada vez mais competitividade no cenário da economia mundial, causados por crises e políticas macroeconômicas desestimulantes.

Como é notável as sucessivas crises que a Caio Induscar enfrentou que tiveram inícios em meados da metade da década de 1990, e que levou ao seu colapso e o surgimento de um novo grupo no início dos anos 2000, e mesmo assim a empresa não conseguiu caminhar muito bem e sempre adota medidas que prejudicam grande parte de seus negócios empresariais (a demissão por não conseguir manter o corpo de funcionários dada as crises, demanda achatada, competitividade reduzida e frágil

auxílio e investimentos do estado) para conseguir se manter como grande corporação, como são as empresas dos Estados Unidos e da Europa ocidental e outras partes do mundo.

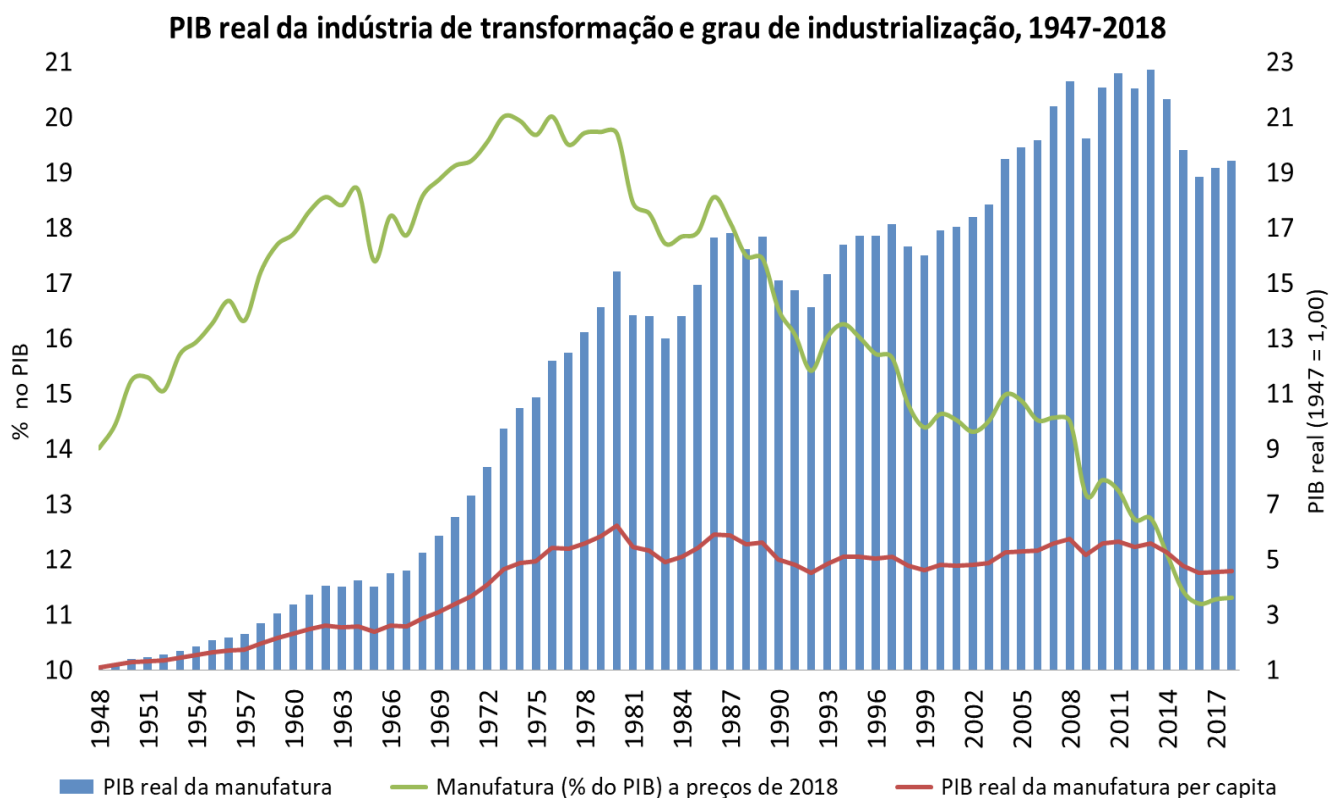
Um dos aspectos mais marcantes do atraso no desenvolvimento econômico do Brasil – e por extensão no desenvolvimento social - tem sido o fraco desempenho da indústria de transformação nas últimas duas décadas e meia. Este fato reflete a dificuldade que o país passou a enfrentar a partir da década de 1980 para fazer política industrial (Suzigan e Furtado, 2006, p.163-64)

Outro fator que explica a crise de desenvolvimento econômico na indústria brasileira é o fato do Brasil enfrentar a “doença holandesa” ou a “maldição dos recursos naturais”. A doença holandesa, explica o fato de alguns países possuírem inúmeras fontes de recursos naturais e não conseguirem se desenvolver. Isto acontece devido ao fato desses países não conseguirem realizar a neutralização desse problema. O Brasil conseguiu proceder a neutralização da doença holandesa, e durante as décadas de 1930-1980, o país passava por um processo de crescimento e desenvolvimentismo desencadeado pela indústria, no entanto interrompeu-se esse processo de neutralização após 1980 e passou a obter baixos níveis de crescimento econômico. Os autores abaixo abordam essa questão da seguinte forma:

A causa da doença holandesa são as rendas ricardianas que tem origem na exploração e exportação de recursos naturais abundantes e baratos. Além de pagar salários e lucros a exploração dos recursos naturais da origem a renda ricardianas para o país, na medida em que os custos envolvidos na produção da commodity são menores do aqueles incorridos pelos produtores marginais menos eficientes admitidos ao Mercado Global aqueles que estabelecem o preço internacional de mercado da commodity. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO, MARCONI; 2015, p. 68)

Para ilustrar os períodos de crescimento no Brasil usamos 2 gráficos a seguir: os gráficos 3 e 4 , que fazem apontamentos de dados dos períodos desenvolvimentistas do Brasil, em meados das décadas de 1940, mais especificamente em 1947, anos 1950 com a era JK, a modernização conservadora (período do golpe militar) durante os anos 1960 em que ocorreu o milagre econômico (anos 1970), década de 1980 (década perdida) e, por fim, o colapso do desenvolvimentismo e a redemocratização e início das décadas de 1990 sob a égide do neoliberalismo e até o momento atual.

Gráfico 3 - PIB da indústria manufatureira em grau de industrialização entre 1947 -2018



Nota: PIB a preços básicos. Foram utilizadas variações reais por setor para a série a preços constantes e para a evolução do PIB real.

Fonte: IBGE. Cálculos e elaboração de Morceiro e Guilhoto.

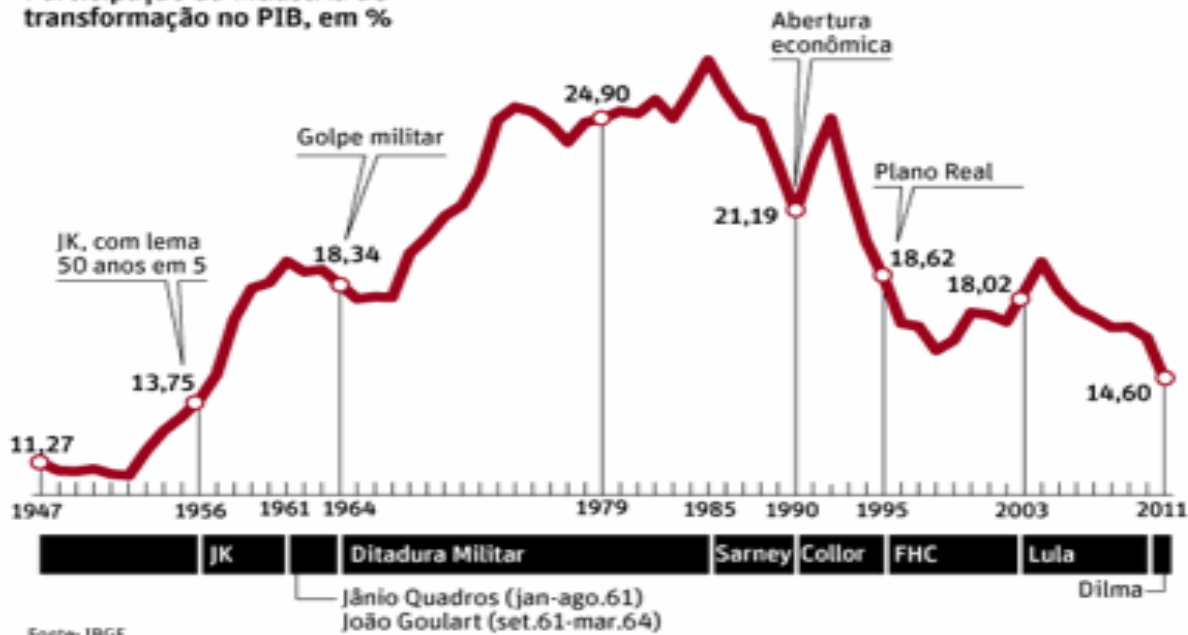
Fonte: IBGE

Gráfico 4 - Contribuição da Indústria de transformação do PIB de 1947 a 2018

CRISE NA INDÚSTRIA

Participação do setor na economia brasileira cai e volta ao nível dos anos JK

Participação da indústria de transformação no PIB, em %



Fonte:IBGE

Ao observar os 2 gráficos acima nota-se que a indústria (industrialização) no Brasil ocorreu de forma tardia, em meados de meio do século XX e que ela vinha ganhando um espaço relevante, com desenvolvimentismo dos 50 anos em 5 de JK; e em seguida com a modernização conservadora durante o golpe militar. Porém, com o passar das décadas, principalmente após 1980 e início de 1990, a indústria foi perdendo espaço no PIB brasileiro. Na medida, que retrai a indústria, o setor primário, do agronegócio, se expande, principalmente no período de “boom das commodities” nos anos 2000, com altas das exportações brasileiras e a economia em geral dava sinal que reagiria muito bem. No governo Lula da Silva, tivemos uma tentativa de retomada das políticas industriais, porém com taxas de juros e políticas cambiais atendendo a ortodoxia dos países ricos e no governo Dilma as políticas nesses moldes (com pequenas variações) manteve-se a de seu antecessor, o que facilitava a entrada de produtos manufaturados importados por ineficiência da competitividade brasileira comparados aos produtos industrializados estrangeiros. E esse quadro acima não mudou depois do golpe, pelo contrário, aprofundou-se a reprimarização da economia do Brasil.

3- Considerações finais – (Brasil: carência de políticas industriais e duradouras)

Em conformidade com Bresser-Pereira (2006) o desenvolvimento econômico é entendido como um processo histórico de acumulação de capital e aumento de produtividade, pelo qual passa um país em um processo de crescimento, sustentado pela renda por habitante e as melhorias obtidas através desse feito na vida dos cidadãos dessas nações-estados. Desta maneira para se obter o desenvolvimento econômico em níveis satisfatórios, há necessidade de estar atrelado a um projeto, estratégia nacional de desenvolvimento, e desta maneira essa harmonia resultaria em eficiências nas instituições políticas e na sua aliança ao desenvolvimento em conjunto com setores públicos e privados do país.

Já Coutinho (2002), observa que para colocar em prática esse projeto nacional no Brasil, há um longo obstáculo a ser enfrentado, entre os quais emparelhar as políticas macroeconômicas de estabilidade que tiveram início no Plano Real. Porém, para romper com a ortodoxia liberal, há um grande caminho a ser percorrido.

Para economistas defensores da ortodoxia liberal o desenvolvimento econômico é alcançado através de uma economia de livre mercado, isto é, com o mínimo ou sem nenhuma interferência do estado na economia. Tais teorias trabalham com a hipótese de que uma interferência estatal na economia gera um grande déficit público e aumenta o endividamento interno e externo, o que agrava a crise e a inflação dentro de uma nação

Os economistas ortodoxos descartam a ideia de que exista uma decadência da indústria no Brasil a níveis de extremidades, desta maneira desprezam a ideia de dar uma ênfase para essa temática, pois na visão desses economistas, a desindustrialização que ocorre no Brasil é comparada a patamares internacionais, ou seja eles defendem a concepção, de que o mesmo processo de desindustrialização que o Brasil vem passando, ocorre no mundo, e que mesmo com as mudanças de medidas econômicas tomadas nos últimos 20-30 anos com a adoção do neoliberalismo, não prejudicaram o desenvolvimento do país, pois defendem a ideia de que essas medidas adotadas aproximaram o país de um cenário mais competitivo a nível dos países desenvolvidos

Diferentemente, os economistas desenvolvimentistas, por sua vez, se opõem a maneira como foi conduzido o desenvolvimento econômico da América Latina, em que

o Brasil faz parte, devido ao fato de existirem desigualdades regionais (economia dependente e secundária frente aos países de primeiro mundo), e também pela maneira como o Brasil foi inserido no contexto da “globalização” (mundialização). Celso Furtado é um dos economistas, que defende a conceituação de que a industrialização é o motor do progresso econômico (da saída do subdesenvolvimento e da dependência externa). Entretanto, a economia nacional está cada vez mais fragilizada no que diz respeito a industrialização; processo esse que vem ocorrendo nas últimas décadas, graças ao pacto de aberturas econômico-financeiras, atribuição de valores de troca e câmbio valorizado etc., barrando assim o país da esfera do seu desenvolvimento econômico.

Defensores da teoria de Schumpeter partem do conceito de investimentos direcionados ao campo tecnológico, juntamente com elementos estruturais defendidos pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), desconsiderando a suposição de estabilidade econômica e ressaltando seus debates na metodologia de inovações tecnológicas como principal componente de um cenário de uma indústria mais competitiva, com propostas que proporcionem um novo papel do Estado no auxílio de políticas de incentivos industriais e no incremento de pesquisas, evolução e desenvolvimento tecnológico.

O cenário geoeconômico atual mostra que a indústria da manufatura continua sendo um grande pilar para o desenvolvimento econômico das nações, tais como EUA, China, Alemanha, França entre outros países.

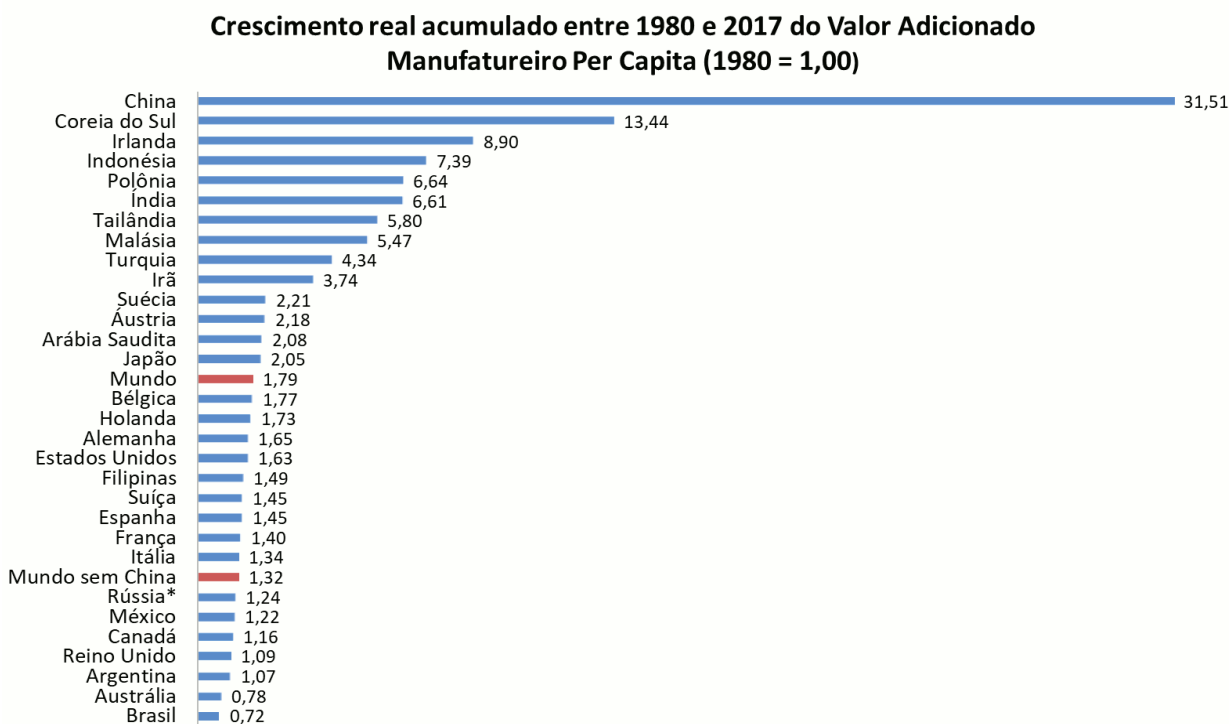
Contudo, como observa acertadamente Bresser-Pereira o desenvolvimento e os mecanismos impulsionadores de estratégias desenvolvimentistas são constituídos de vários mecanismos, a saber:

Uma estratégia nacional de desenvolvimento implica um conjunto de variáveis fundamentais para o desenvolvimento econômico. Essas variáveis são tanto reais quanto institucionais. O aumento da capacidade de poupança e de investimento da nação; os meios pelos quais ela incorpora o progresso técnico na produção; o desenvolvimento do capital humano; o aumento da coesão social, resultando em capital social ou em uma nação mais forte, mais democrática; uma política macroeconômica capaz de assegurar a saúde financeira do Estado e do Estado-nação, levando a índices moderados de endividamento interno e externo – todos esses são elementos constitutivos de uma estratégia nacional de desenvolvimento. Nesse processo, em vez de meras abstrações válidas para todas as situações, as instituições são vistas e pensadas de maneira concreta e histórica. Uma estratégia nacional de desenvolvimento ganhará sentido e força quando suas instituições – sejam elas de curto prazo (políticas públicas) ou relativamente permanentes (leis, instituições propriamente ditas) – responderem a necessidades da sociedade,

quando forem compatíveis com a dotação de fatores da economia ou, mais amplamente, quando forem compatíveis com os elementos que formam a estrutura da sociedade. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 5).

O gráfico 5 a seguir aponta a manufatura no mundo, - pós 1980 – e depois com o advento do período de hegemonia do neoliberalismo tomar conta do cenário mundial e, deixa claro, a relação dos países que seguiram à risca as medidas estabelecidas pelo ocidente, balizadas na ortodoxia convencional abrindo mão de sua manufatura industrial interna (uma somatória de interesses privados e estatais), enquanto o sudeste e leste da Ásia, - mais especificamente a China e Coreia do Sul -, tornaram-se os países com maiores índices de produção de manufaturados no mundo com o passar dos anos, da virada do século XX até o ano de 2017. Vejamos:

Gráfico 5 – Crescimento real acumulado entre 1980 e 2017 do valor adicionado manufatureiro per capita



Fonte: ONU

Esta amostragem acima aponta a evolução da Indústria manufatureira no mundo (1980-2017, países selecionados). Enquanto países da América Latina em desenvolvimento como o Brasil, Argentina e México, seguem rumo a brutal diminuição,

cada vez mais acentuada, da indústria de produtos manufaturados, a China e alguns poucos países tomam conta cada vez mais da manufatura mundial (os percentuais do Brasil são pequenos, na casa da 0,72 da manufatura mundial; muito abaixo do mundo, 1,79 percentuais e do mundo sem a China, correspondendo a 1,32 pontos percentuais).

Em 1980, o Brasil deteve 4,11% da indústria de transformação global a preços constantes de 2010. Porém, desde 1981, a manufatura brasileira vem encolhendo e, em 2017, representou 1,86% da manufatura mundial. Cabe ressaltar que em 1980 a indústria brasileira era maior que as manufaturas conjuntas da China, Coreia do Sul e Índia. Hoje, cada um destes países possui parque industrial maior, mais robusto e diversificado que o brasileiro.

O retrocesso industrial brasileiro fica ainda mais evidente quando o desempenho do Brasil é comparado internacionalmente. Entre 1980 e 2017, o Brasil obteve a menor taxa de crescimento real acumulada do valor adicionado manufatureiro (VAM) entre os 30 países avaliados neste estudo. A manufatura brasileira cresceu apenas 24% entre 1980 e 2017, enquanto a manufatura mundial cresceu 204% e o mundo excluído a China cresceu 135%. Em 19 dos 30 países o VAM mais que dobrou, sendo que nos cinco países líderes do ranking o parque industrial foi, no mínimo, multiplicado por 10.

Na China o parque industrial multiplicou-se por 44 e na Coreia do Sul por 18, sendo os líderes em crescimento industrial desde 1980. Cabe ressaltar que ambos os países realizaram políticas industriais robustas focadas na inovação, na exportação e na internacionalização de empresas nacionais, com o Estado atuando em conjunto com o setor privado para elevar significativamente o desenvolvimento, além de seguirem políticas macroeconômicas favoráveis ao crescimento industrial. (Morceiro e Tessarin, “Um estudo comparado sobre a desindustrialização no Brasil e no mundo”, site O Cafezinho.com, 2019; Acessado em dia 23 de agosto de 2022).

O gráfico 6 que segue mostra a configuração do descarrilamento industrial brasileiro

Gráfico 6 – Participação da indústria de transformação no PIB:

Ladeira abaixo

Participação da indústria de transformação no PIB - em %



Fonte: Contas Nacionais - IBGE

Fonte: Contas Nacionais-IBGE

Nos anos 1990 no Brasil, com governos de linhagens neoliberais, a participação industrial no PIB despencou, a regressão foi constante, com alguns curtos momentos de reparação da decadência e fragilidade das atividades industriais. Nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff tivemos uma leve elevação e retomada nos indicadores relacionados à participação industrial no PIB, porém logo em seguida durante o golpe e no governo neoliberal de Temer e, posteriormente, o governo Bolsonaro, o PIB industrial do país volta a regredir e volta-se a incrementar suas atividades seculares de exportador de commodities agrícolas. Esse é o retrato da reprimarização da economia industrial no Brasil, difícil de ser revertido num período de médio prazo.

Como observamos ao longo deste trabalho, através das sucessivas crises, com efeitos nos setores das indústrias locais, como a Caio Induscar em Botucatu, que é nosso objeto de estudo, o resultado é falência, quebradeira, crises das indústrias, como foi o que resultou no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a decretação da falência da Caio Induscar nos anos 1990.

Notamos que por meio do questionário respondido de forma anonimamente por ex-funcionários da Caio, mostra a importância de empresas desse ramo metalúrgico industrial para sociedade local, pois contribuem para economia local e regional, criando

um elo econômico, devido a geração de empregos proporcionado por essa empresa. Como resultado, possibilita um giro de dinheiro através de emprego e renda no entorno da região de Botucatu.

Também para economia do país, por produzir um bem de grande valor agregado (caso da Caio Induscar), que acarreta tanto a jusante quanto a montante, adensamentos industriais com variáveis tecnológicas importantes.

Ao mesmo tempo, fica bem claro por meio das respostas dadas a importância da mão de obra qualificada, do investimento na educação e inovação tecnológica. E isto fica associado a resposta da enquete feita, ainda que os trabalhadores não tenham muita noção (entendimentos) nos aspectos e repercussões das políticas neoliberais.

De qualquer forma, o trabalho foi executado, com dificuldades, mas plasmou uma série de indagações que já vinha como perspectiva, e à tona em função dos cursos de graduação em Geografia (em especial, a Geografia Econômica e a Geografia da Indústria). Nesse sentido, o arrazoado feito contempla nossas expectativas e a pensar noutros patamares de desenvolvimento e crescimento intelectual frente a uma disciplina do conhecimento tão importante na elucidação das questões nacionais brasileiras – a indústria nacional é uma delas.

4- Referência

AEPET, 2020. <https://aepet.org.br/w3/> (Acessado 04 abril 2022)

AMSDEN, A. H. **A ascensão do “resto”: os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia.** São Paulo, Editora da UNESP, 2009.

Barros, Gustavo. **O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: Crescimento e Substituição de Importações.** São Paulo, vol. 45, n.1, p. 153-183, jan-mar., 2015

BERNARDES, Adriana. Milton Santos: **Os conceitos geográficos e suas concepções.** *Formação (Online)*, v. 27, n. 50, p. 275-299, 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Do Antigo ao Novo Desenvolvimento da América Latina.** (2011) *Handbook of Latin American Economics*, Oxford University Press: 108-129.

BRESSER PEREIRA **Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o segundo Consenso de Washington.** Ana Célia Castro (org). *Desenvolvimento Em Debate: Painéis do Desenvolvimento Brasileiro I.* V.2. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002: 359-398. Trabalho apresentado aos Painéis do desenvolvimento Brasileiro, comemorativos dos 50 anos do BNDES. Rio de Janeiro, 14.10.2002.

BRESSER PEREIRA **Macroeconomia da Estagnação. São Paulo Editora 34, 2007.**

BRESSER-PEREIRA, L. C, OREIRO, L. MARCONI, N. **Macroeconomia Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2015.**

Caio Induscar- <http://caio.com.br/> Acessado 21 de Setembro 2022

CANO, Wilson; GONÇALVES, A. L. S. **Política industrial do governo Lula -comparado-sobre-desindustrialização-no-Brasil-e-no-mundo. Campinas IE/UNICAMP n. 181, julho 2010.**

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2005.**

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital. São Paulo Xamã, 1996.**

CHWAB, K. **A Quarta Revolução Industrial. São Paulo: Edipro. 2016.**

COUTINHO, L. **Marcos e desafios de uma política industrial contemporânea. In: BNDES. Política industrial: desenvolvimento em debate. Rio de Janeiro: BNDES, p. 191-209. 2002**

CURADO.CRUZ, M. J. V. **Investimento direto externo e industrialização. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008**

DE PAULA, L. F. **A economia brasileira no governo Temer e Bolsonaro: Brasília: 8º Fórum de Economia da UnB – 05/11/2019**

DELMANTO, A. M. **Ciclos Industriais. In: Memórias de Botucatu. Edição da vanguarda de Botucatu. Botucatu: Vanguarda de Botucatu, 1995.**

DONATO, Hernâni. **Achegas para História de Botucatu. Botucatu: Copygráfica, 2008**
Escola Industrial de Botucatu, Escola Industrial: 80 anos de sucesso.
<https://www.etecbotucatu.com.br/post/hist%C3%B3ria-industrial-de-botucatu>.

EMBRAER. Site institucional. <https://embraer.com.br/pt/sobre-nos>. (Acessado em 12 de janeiro de 2021).

FERREIRA, H. L. **História Político-Econômica e Industrial do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1970.**

Folha Uol 2017, <https://www1.folha.uol.com.br/>

FONSECA, P. C. D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Brasília – junho/2015.**

GONZÁLES, C. P. **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.**

HARVEY, D.. **A condição pós-moderna. São Paulo: Editora Loyola, 2012.**

HARVEY,D..**Produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.**

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - <https://www.ibge.gov.br/>,
(Acessado dia 02 a 20 de abril de 2022)

IED - Instituto de Estudos Para O Desenvolvimento Industrial
https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_920.html (Acessado em 4 de março de 2022).

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas O Brasil em 4 Décadas. Acessado em 02 de Julho 2022

Jornal Valor Econômico

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/05/participacao-da-industria-de-transformacao-cai-ao-minimo.ghtml%20>(Acessado em 25 de abril de 2022).

KON, A. Quatro Décadas de Planejamento Econômico no Brasil. São Paulo, Revista de Administração de Empresas, v. 34, n. 3, p. 49-61 Mai./Jun. 1994

LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005.

Post patrocinado, Campo Grande News. (Acessado em 08 de agosto de 2022).

<https://www.campograndenews.com.br/conteudo-patrocinado/alunos-formados-no-senai-tem-95-preferencia-do-mercado-de-trabalho>. (Acessado em 11 de jan. 2021).

LANCELOTTI, Marcelo V. A falta de efetividade de políticas de inovação, ciência e tecnologia e o processo de desindustrialização no Brasil nas décadas de 1980 a 1990. Osasco: Unifesp, 2021 (Dissertação de Mestrado).

LIMA JUNIOR, O. F. Qualidade em serviços de transportes, São Paulo: USP, 1995 (Tese de Doutorado)

LIMA, U. M. O debate sobre o processo de econômico da Coreia do Sul: uma linha alternativa de interpretação Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. Campinas, v. 26, n. 3 (61), p. 585-631, dez. 2017.

LOPES, F. P Gabriel. A ordem econômica nas Constituições brasileiras do período desenvolvimentista. Natal: Universidade do Rio Grande do Norte; Centro de Ciência Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. 2021. (Trabalho de Conclusão de Curso).

MAMIGONIAN, Armen. O processo de industrialização em São Paulo. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, nº 50, p. 83-101, 1976.

Metalurgia.sp.senai.br-

<https://metalurgia.sp.senai.br//programa-de-aprendizagem-industrial> (Acessado dia 16 de setembro 2021)

MOREIRA, B. C. de M. et al. Marcos e desafios de uma política industrial articulada no âmbito de um projeto estratégico nacional de desenvolvimento.

UEMS, ANAIS – Encontro Científico de Administração, Economia, e Contabilidade, 2015.

MOURA. R. F. B. Progresso técnico e desenvolvimento nas visões de Alice Amsden, Fernando Fajnzylber e Celso Furtado. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia, 2017

MOURÃO, Paulo F. C.. A industrialização do Oeste Paulista: o caso de Marília. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 1994 (Dissertação de Mestrado).
NEGRI B. As Políticas de Descentralização Industrial e o Processo de Interiorização em São Paulo: 1970-1985. In; TARTAGLIA. J. C. (org.). Modernização e o Desenvolvimento no Interior de São Paulo: São Paulo: Editora UNESP, 1988.

NELSON RICHARD R; WINTER, SIDNEY, G. Uma teoria evolucionária da mudança econômica 2005. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

Ocafezinho-<https://www.ocafezinho.com/2019/08/06/um-estudo-comparado-sobre-desindustrializacao-no-brasil-e-no-mundo/> (Acessado dia 08 de setembro de 2022)

OLIVEIRA B. C e SOARES, Santos I. R. Dinâmica do emprego industrial no Brasil entre 1990 e 2009: uma visão regional desindustrialização. Rio de Janeiro: Editora Ipea novembro de 2011.

OREIRO, J. L; MARCONI, N. Teses equivocadas no debate sobre desindustrialização e perda de competitividade da indústria brasileira. São Paulo Revista NECAT - Ano 3, n. 5 Jan-Jun de 2014.

PERRIN, Fernanda F. O Ovo do Pato Uma análise do deslocamento político da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Ciência Política. (Dissertação de Mestrado), 2020.

REIS GARCIA, L. B. dos. O café na história de Botucatu. São Paulo. In Ciência Geográfica, n. 3, Abril de 1996.

REIS GARCIA, L. B. O urbano paulista e botucatuense: algumas considerações. São Paulo: Perspectivas. 145-164, 1993

RONCARI, G. E; DELMANTO, Jr., O. Otimização do transporte e logística de materiais. Tekhne e Logos, v. 3, n. 1, p. 194-211, 2012. Site Institucional da Caio. <https://caio.com.br/>(Acessado em 11 de janeiro. 2021).

SANTOS, M. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 2002.

SCHUMPETER, A. Capitalismo, socialismo e democracia. 1ª. ed. São Paulo Editora Unesp, 2017.

SCHUMPETER, A. A Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação

sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, Kalina. **Desenvolvimento no Brasil e na Coréia do Sul: a influência norte-americana em cada caso. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.**

Via tecnológica, Fatec: 15 anos.https://www.fatecbt.edu.br/fatec/wp-content/uploads/2019/09/youblisher.com-1888635-Jornal_Via_Tecnol_gica_27_Edi_o.pdf (Acessado em 11 de jan. 2021).

SILVA, G.; COSTA, A. **A formação do Grupo Votorantim: as origens de um grupo econômico brasileiro no setor têxtil de São Paulo (1891-1929)**

Site Gasolina Veia -<https://gasolinaveia.com.br/o-in%C3%ADcio-da-industria-Automobilística-no-brasil/> (Acessado em 15 de jan. de 2022)

SOARES, Washington S. **O processo de industrialização paulista: os casos de Botucatu, Avaré e Ourinhos. São Paulo, Catálogo da USP, 2015.**

SOUSA, A. A. **O processo de industrialização em São Paulo e o seu desdobramento no Oeste Paulista: o caso das indústrias de Marília/SP e de Presidente Prudente/SP. III ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E II ENCONTRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ISSN 1809-2551 v. 3, n. 3, 2007.**

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. **Política industrial e desenvolvimento. Revista Economia Política, vol. 26, nº 2, p 163-185, abril-junho/2006.**

VASCONCELLOS, E. A.; Carvalho, C.H R, Pereira, R.H. **Transporte e Mobilidade Urbana, Brasília, DF: CEPAL. Escritório no Brasil/ IPEA, 2011. (Textos para Discussão CEPAL-IPEA, 34).**